



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Reunião Externa	Nº: 0811/05	DATA: 3/6/2005
INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 13h56min	DURAÇÃO: 03h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h00min	PÁGINAS: 114	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

FÁBIO MEDINA OSÓRIO - Secretário-Adjunto de Estado da Justiça e da Segurança no Rio Grande do Sul.

LUCIANO FERNANDES MENEZES - Delegado de Polícia Civil de Santa Cruz do Sul.

EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Presidente do Tiro 4 Clube Gaúcho de Caça e Pesca.

JOSÉ CARLOS DUARTE - Presidente da Federação Gaúcha de Tiro Prático do Estado do Rio Grande do Sul.

CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Oficial responsável pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da Terceira Região Militar do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Há intervenções inaudíveis.

Há falhas na gravação.

Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Armas. Agradecemos a presença a todos os convidados para a reunião. Vamos dar início chamando o Subsecretário de Segurança, Dr. Fábio Medina Osório. Por favor, sente-se ao nosso lado. *(Pausa.)*

Dr. Fábio, em primeiro lugar, agradeço a V.Exa. a presença e gostaria de dizer que esta CPI foi instalada no intuito de minimizar o problema do tráfico de armas no País. Na verdade, temos várias campanhas de desarmamento, e eu poderia dizer que esta CPI é uma campanha de desarmamento do bandido, o que é bem mais efetivo. *(Palmas.)* E gostaria de saber o que estamos fazendo na área de segurança do Estado com relação ao problema do tráfico de armas e de organizações criminosas que estão instalando-se aqui no Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, desde já digo da importância de trabalharmos juntos nesse assunto. Pretendemos, já a partir de hoje, sair com algumas ações objetivas no combate ao tráfico de armas, no combate a essas organizações criminosas que fomentam a violência no País todo e no Rio Grande do Sul também.

Tem V.Exa. a palavra pelo tempo que desejar, para fazer uma explanação breve para a CPI nesse sentido.

O SR. FÁBIO MEDINA OSÓRIO - Bom-dia a todos. Meu especial bom-dia ao Deputado Federal Moroni Torgan, Presidente da CPI do Tráfico de Armas; ao Deputado Federal Paulo Pimenta, Relator desta CPI; ao Deputado Federal Francisco Appio; aos Srs. Deputados; e às autoridades presentes. Em especial, eu me permito saudar o Diretor do Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado, Delegado Jorge Soares. Para a Secretaria, sem dúvida alguma é uma satisfação estar aqui para participar e colocar à disposição seus canais de informação e de diálogo, para subsidiar tão importante CPI, que é o tipo de CPI que, efetivamente, acaba em geral acenando com resultados muito concretos. E podemos, sem dúvida alguma, lembrar que as experiências anteriores em CPIs desse tipo, de cunho técnico e suprapartidário, ensejam excelentes expectativas para a sociedade brasileira. A Secretaria da Justiça e da Segurança, não é de hoje, vem enfrentando, na verdade vem monitorando, vem trabalhando essa questão do tráfico de armas como um dos focos importantes, especialmente dentro do Departamento de Inteligência e



Assuntos Estratégicos. Portanto, tem levantado informações de inteligência, informações que sempre merecem tratamento adequado, são tratadas permanentemente, e, nessa condição, poderão ser repassados oportunamente a esta CPI os relatórios já produzidos, as informações coletadas e tratadas, ainda, claro, dentro desse processo de transitoriedade que caracteriza a ação de inteligência nesse setor. Sem dúvida alguma, não poderíamos furtar-nos de trazer também algumas impressões reputadas relevantes do ponto de vista geral da própria Secretaria, considerando que o Rio Grande do Sul, sem dúvida alguma, há de ser considerado um espaço estratégico para esta CPI, pela sua posição geográfica e geopolítica no MERCOSUL, inclusive. Portanto, alinhamos alguns eixos sem prejuízo da existência de outros eixos tão fundamentais quanto esses, mas, certamente, dentro de um foco de prioridades, alinhamos alguns eixos que são importantes e que têm pautado também os trabalhos do Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos. E que eixos serão esses? Em primeiro lugar, evidentemente, o mapeamento e levantamento completo das rotas, conexões, identificação das áreas propícias ao tráfico. Isso envolve, evidentemente, um trabalho que não é apenas o trabalho de um Estado. É o trabalho interestadual, interinstitucional, que, sem dúvida alguma, há de abranger também o próprio MERCOSUL, a partir da identificação dessas rotas estratégicas. Não há dúvida de que a ampliação da fiscalização nos portos, nas aduanas, a fixação de maior quantidade de agentes públicos federais, de fiscais, ou seja, a ampliação do próprio aparato estatal nesses lugares de maior vulnerabilidade, por onde transitam esses produtos ilegais, que depois vão ensejar precisamente a circulação ilícita, é outro foco da preocupação, da atuação e do levantamento de informações dentro do Departamento de Inteligência, o que inclui, inclusive, os chamados postos clandestinos nas margens brasileiras. O estreitamento com a informação, a inteligência de órgãos competentes de outros países vizinhos, especialmente aqueles que estão envolvidos como protagonistas também desse problema, países com os quais o Brasil faz fronteira e onde há o foco na questão das armas ou a falta de controle sobre a circulação de armas, o que acaba impactando os países vizinhos, especialmente dentro do CODESUL, também é uma preocupação de enorme relevância, na medida em que nós temos de harmonizar legislações e controles para podermos reduzir o impacto dos déficits, daquelas deficiências



desses outros locais, desses outros países, que acabam resultando em prejuízos para o nosso País, para o Brasil. Não adianta nós desenvolvermos políticas descritivas, uma legislação dura aqui dentro do Brasil, enquanto tivermos países vizinhos com legislações absolutamente permissivas e com ausência de controles. Nós estamos também buscando identificar as responsabilidades. Essas responsabilidades são muito importantes nesses episódios que envolvem tanto a questão do armazenamento desses controles que incidem sobre o armazenamento das armas, sobre a circulação, sobre, portanto, o monitoramento... Quais os órgãos que têm as responsabilidades e por que essas responsabilidades muitas vezes não são exercidas, essas competências não são exercidas? E, se há um problema, por exemplo, de falta de efetivo ou de falta de estrutura, temos de pensar em alternativas inovadoras, criativas, quem sabe, mas evidentemente não podemos apenas aguardar a efetivação da ampliação dos quadros desses recursos humanos nos órgãos competentes, para que eles possam exercer as suas atribuições. Então, é necessário partirmos aqui para uma crítica, uma autocrítica, no sentido de buscarmos soluções, não apenas apontarmos que um órgão tem competências e elas não são exercidas, mas por que elas não são exercidas. Porque falta estrutura. Mas, enquanto não conseguirmos a estrutura — e é importante apontar a necessidade de ampliar essa estrutura —, o que podemos fazer? Por essa perspectiva, o que a sociedade espera, a cidadania sempre está a aguardar, são resultados dos gestores públicos. Não adianta apontarmos que a estrutura não existe, que é preciso ampliar a estrutura, porque nós sabemos o modelo de Estado que temos: Lei de Responsabilidade Fiscal aqui, óbices acolá, problemas estruturais, dificuldades operacionais para ter a manutenção dos quadros no setor público dentro dos níveis ideais de que todos precisamos. Também poderíamos citar que a atuação do Gabinete de Gestão Integrada na área da segurança pública... Nós recuperamos esse Gabinete de Gestão Integrada e, inclusive na última reunião, uma das pautas — aliás, é uma pauta permanente que estamos buscando — foi o trabalho da montagem de bancos de dados entre os Estados que estão presentes aqui na região. É interinstitucional porque envolve várias instituições tanto estaduais quanto federais, e na área de inteligência. E, na área de inteligência, não como um mecanismo abstrato para resolver problemas, mas envolvendo concretamente alguns delitos, entre os quais focamos o tema do tráfico de armas. Então, está



dentro da pauta do GGI o tráfico de armas, que me parece que poderia ser também uma pauta permanente. Poderíamos harmonizar e, de algum modo, aproximar essas pautas dos diversos GGIs que existem aí hoje no Brasil, revitalizar esses Gabinetes de Gestão Integrada — aliás essa é uma proposta que parte do próprio Secretário de Segurança Pública —, para que haja essa revitalização e para que haja uma harmonia dessa pauta. O tráfico de armas, quem sabe, deveria entrar como um tema nacional também, porque envolve todo o País. Nós, sem dúvida alguma, temos levantamentos sobre o número do tráfico, temos levantamentos sobre o mapeamento preliminar que já foi feito, enfim, sobre pontos estratégicos onde se comercializam armas sem controles, sobre essas rotas a que acabamos de nos referir, mas são essas informações que poderão ser passadas. E podemos passá-las, seguramente, para a CPI, através de um canal adequado. Acertaríamos o momento para formalização desse documento e entrega para a CPI, pelo Departamento de Inteligência e Assuntos Estratégicos, como documentos de inteligência. Ou seja, documentos que deveriam ser ainda tratados evidentemente pelas autoridades competentes, que têm toda a reserva e o sigilo legal que recaem sobre eles e por isso não vou me manifestar concretamente sobre eles neste momento, mas, através desse órgão competente, nós faremos esse repasse, para colaborarmos com esta CPI. Eram essas, Sr. Presidente, as informações preliminares. Dizer que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria da Justiça e da Segurança estão abertos, portanto, para participar como colaboradores permanentes desta CPI. E me parece muito oportuno aquilo que o senhor acaba de se referir, no sentido de que exatamente essa é uma política de desarmamento dos bandidos. Então, temos que valorizar esse tipo de política pública, em que teremos condições, quem sabe, de criar uma cultura de melhor gestão, uma cultura de boa gestão, na verdade, que é o que nós precisamos no País seguramente em todas as estruturas, uma cultura de boa gestão, de gestão contínua, permanente, impessoal, técnica, com canais para intercâmbio de informações, cobrança de responsabilidades e resultados. É disso que nós precisamos. Este é o mote de atuação da Secretaria da Justiça e da Segurança e que externa também sua satisfação, o que faço em meu próprio nome e no nome do Secretário José Otávio Germano, que está em viagem e por essa razão não pôde estar aqui presente, mas que compartilha evidentemente de todas essas



considerações. Portanto, quero agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade, e ficamos aqui para algum esclarecimento que for reputado cabível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Secretário, agradeço-lhe a presença. Realmente nos causa preocupação vermos, infelizmente, as nossas fronteiras totalmente abertas. Não é uma peculiaridade do Rio Grande do Sul. Infelizmente é uma peculiaridade de toda a fronteira brasileira, e vamos ter que ter uma ação mais efetiva nesse sentido.

Agradeço a colaboração que a Corregedoria-Geral da Polícia Civil tem dado a esta CPI, aos delegados. Ontem ouvimos um delegado sobre roubo de cargas, que nos manifestou o problema daquelas 230 armas que foram furtadas da transportadora lá no Porto Seco. Infelizmente, daquelas 230 armas, somente 11 até agora foram apreendidas. Então, seria interessante uma ação nesse sentido, para saber — solicitamos ao delegado que examinasse mais a fundo — onde se encontram essas duzentas e tantas armas que já vieram. Operações realizadas ontem mesmo prenderam outra pessoa — já tínhamos denúncia na CPI que estava vindo com arma pesada e, se não me engano, uma 45. Foi comprovado, foi preso, o que mostra que, infelizmente, o tráfico de armas hoje está abastecendo as quadrilhas, colocando em risco a vida dos policiais. Hoje temos representantes aqui de clubes de tiro, e é importante não só aqui, mas em outros lugares do País. Infelizmente, em todas as atividades temos as pessoas boas e as pessoas más. Essas pessoas muitas vezes se utilizam de uma cortina para parecer uma coisa que não são e se utilizam de uma atividade irregular para beneficiar organizações criminosas.

Gostaríamos que esse material fosse enviado com a lavra de reservado, e será tratado dessa maneira pela CPI. A CPI, na verdade, propõe-se a ser um aglutinador de esforços institucionais. O que queríamos é ver essa facilidade que existe hoje para um bandido ter armas de grosso calibre ser substituída por uma dificuldade muito grande. Infelizmente essa dificuldade só acontecerá no momento em que todas as instituições estiverem reunidas em torno desse objetivo, o que não vemos hoje. Infelizmente ainda não vemos esse propósito atingido, mesmo porque parece que o Brasil não se preocupava com o tráfico de armas, porque não havia nenhuma organização cuidando do tráfico de armas. Atualmente começou na Polícia Federal um setor sobre o tráfico de armas. É um setor criado recentemente, mas já



demonstrou que temos falhas enormes de fiscalização, da regulamentação. Acho que vai ter que sofrer diferenças básicas nesse sentido.

Agradeço ao Secretário a presença entre nós. V.Sa. é nosso convidado para ouvir os outros depoimentos. Peço que esse material seja entregue o quanto antes a esta CPI.

Eu gostaria de saber se o Dr. Paulo César Gross se encontra entre nós. *(Pausa.)* Não se encontra. Foi recebido pela Secretaria da CPI um atestado médico para justificar a ausência do Sr. Paulo César Gross. Ele terá de ser convocado pela CPI, se não for aqui, será em Brasília. Espero que não se usem mais atestados médicos nesse sentido.

Convido para fazer sua exposição o Dr. Luciano Fernandes Menezes, Delegado da Polícia Civil de Santa Cruz do Sul. Agradecemos a presença ao Dr. Luciano.

Dr. Luciano, ratificamos os nossos agradecimentos pela sua presença. V.Sa. sabe que o objetivo desta CPI é o tráfico de armas. Gostaria que o senhor fizesse um comentário sobre toda essa ação que envolveu a Polícia em Santa Cruz do Sul e quais as convicções que tem acerca desse problema naquela região.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Pois não. Em primeiro lugar, é uma satisfação para nós, da Polícia Civil, estarmos aqui, contribuindo, como falou o nosso Secretário-Adjunto, com esse trabalho tão nobre da CPI. Vou procurar ser sucinto. Chegou ao conhecimento da Polícia de Santa Cruz do Sul que esses médicos, irmãos, Drs. Paulo Gross e Carlos Henrique Gross, estariam de posse de arsenal extremamente significativo de armas, especialmente armas de calibres proibidos e oriundos de alguns países estrangeiros. A partir de diligência, nós investigamos e conseguimos aferir que algumas dessas armas seriam retiradas de Santa Cruz do Sul em determinado dia. Munidos de um mandado judicial de busca e apreensão, diligenciamos em um dos apartamentos dos irmãos e logramos êxito na apreensão de mais de 40 armas de fogo. Dentre esse arsenal, algumas armas de calibres permitidos e registradas no nome dos 2 irmãos, e 27 dessas armas apreendidas não possuíam registro legal. Dessas 27 armas, 22 procedem de vários países do mundo, como Estados Unidos, Áustria, China, Tchecoslováquia, Espanha e outros que não recorde agora, no momento. Além dessas mais de 40



armas, apreendemos mais de 5 mil cartuchos de diversos calibres, igualmente procedentes de diversos países, em plenas condições de uso. O interessante, o que nos chamou a atenção, até porque não tínhamos experiência em apreensão dessa monta, é que, desse arsenal todo, 13 armas são de calibres proibidos, ou seja, das 13, 4 fuzis, uma submetralhadora, 3 revólveres 357 Magnum e mais 5 pistolas de calibre 9 milímetros e de calibre 45. Além dessas 13 armas de calibres proibidos, 9 outras, de calibres permitidos, são oriundas de outros países, igualmente. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi o estado de conservação das armas, porque muitas delas, inclusive, não haviam sido utilizadas, guardadas em caixa, trazendo etiquetas de fabricantes. E, a partir dessa apreensão, o investigado, Carlos Henrique, que hoje está ausente, foi preso em flagrante, não foi ouvido, não prestou esclarecimentos à Polícia porque acometeu-se de mal súbito. O flagrante foi homologado e, uma vez encaminhado ao sistema carcerário, tentamos buscar esclarecimentos sobre a origem das armas e a destinação, e ele reservou-se ao direito constitucional de falar apenas em juízo. E nós não temos nenhuma palavra oficial com relação a ele sobre a origem e o destino dessas armas. Em sede de investigação rápida, porque tivemos apenas 10 dias para concluir o procedimento, conseguimos levantar indícios de que essas armas foram adquiridas no Uruguai, especificamente em Rivera, inclusive apreendemos documentos que atestam, documentos na posse desse médico, que atestam uma casa de armas chamada Ganzamo, de Rivera, inclusive documentos com nome do diretor-executivo e com contas bancárias desse indivíduo. Esse procedimento, concluído rapidamente em 10 dias, foi encaminhado ao juízo criminal, está sob apreciação da Justiça Federal em Santa Cruz. Apresentamos a lista dessas armas para a Polícia Federal, que está tentando rastrear, através de contato no exterior, a origem das armas. E o seguimento dessa investigação, como falei, está a cargo da Polícia Federal. Nós não temos nenhuma notícia mais recente a respeito de alguma evolução nesse sentido. Basicamente esse foi o serviço que realizamos em Santa Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de saber, Dr. Luciano, se essas armas tinham algum tipo de documentação?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não, desse arsenal todo, como eu falei inicialmente, 10 armas eram registradas em nome dos médicos, 5 delas em



cada médico, foram restituídas por serem legal, por serem legais, e essas armas, essas 27 armas estrangeiras não possuíam qualquer registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vinte e sete não tinham qualquer registro.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Vinte e sete armas sem registros legais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles tinham algum registro como atirador, como alguma coisa nesse sentido?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não, não são atiradores, não são colecionadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem atirador, nem colecionador.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – E as alegações dos 2, nenhum dos 2 disse porque estavam guardando tanta arma?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Como eu falei inicialmente, o Dr. Carlos, que foi preso em flagrante, até hoje não prestou qualquer esclarecimento na polícia; o outro irmão, Paulo, foi ouvido posteriormente, foi apresentado na delegacia por seu advogado, e limitou-se a dizer que conhecia, sabia da existência daquelas armas com o irmão, mas desconhecia a procedência e o destino que o irmão daria àquelas armas. Assumi simplesmente que, daquelas armas apreendidas, 5 realmente eram dele, até porque estavam registradas no nome dele, mas com relação ao nevrálgico, que eram as armas legais, ele absteve-se de prestar qualquer esclarecimento, dizendo que isso era problema do irmão; o irmão que teria a obrigação de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele explicou o que. Arma registrada no nome dele na casa do irmão, por quê?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Ele explicou que estaria num processo de separação da esposa e que, por essa razão, teria saído de sua residência e teria ido morar com o irmão e, por essa razão, as suas armas foram apreendidas em poder do irmão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E para que ele queria 5 armas, ele explicou?



O SR LUCIANO FERNANDES MENEZES - Ele explica simplesmente que desde pequeno são aficcionados e gostavam de armas e que as utilizavam e também estavam pleiteando junto a Polícia Federal, os 2 irmãos, porte para pelo menos uma arma de fogo. Há um processo, ou 2 processos em curso na Polícia Federal, onde eles requisitam os portes alegando que, pelo fato de serem médicos e trabalharem com banco de sangue em Santa Cruz do Sul e lidarem com um volume de dinheiro e algumas somas assim, isso justificaria o fato de ele poderem portar armas de fogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei se o Relator tem alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria de saber, doutor,....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Seja bem vindo, Deputado Pompeo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATOS - Muito obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... a investigação preliminar a respeito do episódio foi provocada a partir de que fato?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - A partir de informações de colaboradores.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não havia nenhum indício a respeito da real intenção de utilização dessas armas? Da munição foi encontrada, tinha munição que não estava intacta? Eles costumavam usar essas armas?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Muito bem. A munição que foi apreendida, mas de 5 mil cartuchos, como referi, toda ela em condições de uso; centenas de estojos deflagrados, o que nos levar a crer que algumas das armas foram utilizadas por eles. Tivemos, há questão de 2 anos, registros de ocorrência no Município vizinho a Santa Cruz do Sul, que é Vale Verde, de pessoas se queixando de sucessivos disparos que eram realizados em um sítio, que foi locado por esses indivíduos, que foi arrendado, o que nos leva a crer que eles praticavam ou utilizavam ou testavam armas nessa localidade. Na época, em Vale Verde, onde eu sou responsável também, nós representamos judicialmente por uma busca e apreensão nessa propriedade, e o Juízo Criminal de General Câmara entendeu que não havia indícios suficientes para essa medida. Então, naquela época, não foi cumprida nenhuma diligência. Mas, objetivamente falando, nós não tínhamos



conhecimento do envolvimento dessas pessoas com esse tipo de delito. Foi uma coisa que inclusive nos surpreendeu, até pelo fato de serem pessoas de bem na comunidade, de uma atividade nobre, donos de um banco de sangue, mas não havia nenhum indício concreto inicialmente, antes de recebermos informações externas de colaboradores anônimos, no sentido de que eles comercializassem ou tivessem um fim determinado para essas armas. Tentamos averiguar se essas armas eram locadas para criminosos que assaltam notadamente agências bancárias e carros-forte — temos foco bastante significativo em Santa Cruz do Sul —, mas nesse meio tempo não conseguimos apurar nada de concreto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essas documentações, doutor, que revela que pelo menos parte dessas armas, creio que também a munição, teria sido adquirida no Uruguai, são documentações que mostram que essa comercialização teria ocorrido recentemente, ou são coisas antigas?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não, nós não temos assim documentos apreendidos que nos revelem datas de negociações. Temos alguns guardados, apreendidos com os pertences dos médicos, inclusive na sua agenda pessoal, de referências e de *folders* dessa empresa lá de Rivera, Ganzamo, e temos alguns cartões do diretor comercial ou executivo dessa empresa, onde no verso apresenta manuscrito número de conta bancária lá de Rivera. Nós não temos nenhum documento formal dizendo ou demonstrando cabalmente que negociações foram feitas em determinada época.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem idéia de quando foram comercializadas, portanto, essas....

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não, isso objetivamente nós não temos. Esperamos que a Polícia Federal possa rastrear pelo número de série das armas, porque nenhuma das numerações foram subtraídas, mas, pelo estado de conservação e pelo simples fato de algumas das armas serem novas, estarem intactas e guardadas em caixas, presumimos — presumimos — que sejam negociações recentes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, dessas armas, as não registradas, há alguma de fabricação nacional?



O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Das armas não registradas, são 27. Dessas 27, temos 22 que são estrangeiras. Cinco dessas armas não registradas são fabricadas no País e de calibres permitidos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São 5 não registradas...

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Cinco não registradas e 22...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Das 5 não registradas, que armas são? O senhor se lembra, doutor?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Uma é um rifle, calibre 22...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a procedência? É nacional?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - É fabricada pela Taurus. É do País. E há duas ou três garruchas de calibre 22, fabricadas pela CBC. Se não me engano, há uma calibre 12, também fabricada pela CBC.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Elas estão com o número de série intacto?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Todas elas têm número de série intacto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeitamente possível serem rastreadas, portanto?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a munição, doutor, é de fabricação nacional?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - A munição, algumas delas, principalmente as de calibre 38, são munições recarregadas aqui, obviamente no País. Mas a maioria esmagadora dos mais de 5 mil cartuchos são todos de procedência estrangeira, inclusive munição de 9 milímetros, fabricadas na Finlândia, que não tínhamos conhecimento que tinha *know-how* de fabricação de munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Posso fazer uma pergunta? Essas recarregadas, por acaso, eles tinham recarregador também ou não?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Durante os mandados de busca que cumprimos não encontramos nenhuma máquina de recarga.

(Intervenção inaudível.)

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Logicamente, eles não informaram também onde foram recarregadas.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não. Até porque, como já falei anteriormente, o Dr. Carlos, que é a pessoa em poder de quem foram apreendidas as armas, limitou-se a não dar declarações à polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Relator quer perguntar mais alguma coisa ou posso passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Pompeo de Mattos, por favor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Doutor, o senhor tem uma boa experiência como delegado. Qual é a leitura que o senhor faz da figura do portador das armas?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - É uma questão bastante intrincada, até porque tivemos, como falei antes, muito pouco tempo para concluir essa investigação. Talvez, com o avanço, através da Polícia Federal, possamos ter uma caricatura mais definida do episódio. A leitura que se faz preliminarmente, com o que pudemos apurar, é que essas armas foram adquiridas pelos irmãos, pelo fato de terem gosto por armas, para terem seu próprio arsenal bélico. Não acredito, objetivamente, que essas armas tenham sido trazidas do estrangeiro para dentro de Santa Cruz do Sul com a finalidade de mercancia, de comércio. Acredito, como eu disse, em caráter preliminar, que essas armas foram adquiridas pelos 2 no sentido de eles terem acervo bélico próprio, até porque, dentro das nossas diligências, conseguimos constatar que eles são realmente aficionados por armas, têm uma literatura vastíssima a respeito do assunto e, acredito, como já disse, que compraram as armas para si.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor classifica eles mais como colecionadores do que como supostos criminosos.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Colecionador não exatamente, porque é uma questão técnica, e eles não são colecionadores registrados. Mas criminosos são, porque o tipo penal é bastante específico, no sentido de importar sem as cautelas e sem os parâmetros legais. Mas acredito que não há



objetivamente uma finalidade de empréstimo ou locação dessas armas para outros fins ilícitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me colocar uma coisa interessante: primeiro, o que me chama a atenção é essa omissão do doutor de querer prestar esclarecimentos. Ele realmente tem essa presunção de que as armas são só para ele ficar olhando, porque gostam, ele e o irmão, de olhar armas. Primeiro, não entendo por que não se registraram como colecionadores. Esse é o primeiro ponto que me causa estranheza. Não são registrados também como atiradores de clubes, de torneios ou coisas nesse sentido, não é, doutor? Não há nenhum registro nesse sentido?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Nada conhecemos a essa respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, se há presunção de boa-fé, no sentido de não dar essas armas para mais ninguém, deveriam eles vir aqui e dizer: *“olha, nós compramos lá, foi tranquilo, era um tempo em que a gente comprava arma sem maiores problemas, agora a legislação veio e a gente ficou com muita coisa para fazer e nos esquecemos disso”*. Qualquer coisa nesse sentido seria bem mais crível do que essas omissões, pensando que com atestados médicos ou coisa parecida... Veja, com um atestado médico não depôs lá com o senhor, não é verdade?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, com um atestado médico... Eles vão ter que arrumar muito atestado médico até o fim desta CPI, porque... E, se começarem a arrumar muito atestado, vamos trazer uma junta médica para fazer oficialmente essa avaliação, porque eles vão ter que contar o que aconteceu. Porque a suspeita sobre eles começa a aumentar cada vez mais no momento em que se omitem em dizer qualquer coisa. Quer dizer, no momento em que há uma omissão... Porque já tem o fato consumado: as armas, a munição estrangeira. Há munição de calibre proibido também?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - A maioria da munição é de calibre proibido: 223, 308, 9 milímetros, 45...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para termos uma idéia: a 308, por exemplo, é a munição garrafinha?



O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - É. Exatamente. Similar ao 762.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa munição passa colete à prova de bala, carro blindado, passa todo esse tipo de coisa. Quer dizer, isso é de uso... Para a CPI, a convicção fica totalmente diferente da do senhor, porque o senhor teve pouco tempo para investigar nesse sentido. Nós teremos bastante tempo para investigar. E, com as denúncias que temos recebido de autoridades aqui no Sul do País dando cobertura a esse tráfico ilícito, de empresários e de pessoas tidas como fazendeiros ou coisa assim também dando cobertura nesse sentido, quer dizer, não nos estranharia em nada se tivesse pessoas que infelizmente deveriam estar muito mais preocupadas em salvar vidas do que ficar usando armas que podem tirar a vida das pessoas. E não nos estranharia que isso também estaria num contexto, porque em outras apreensões realizadas já vimos um contexto diferente daquilo que parecia, e com pessoas que seriam ligadas a esse problema de ter armas de uso proibido em suas residências. Isso serve de alerta: quem tiver tem até o fim do mês, ainda — não é, doutor? —, para regularizar as suas armas nesse sentido e torná-las totalmente legais, porque o registro é permitido. Quer dizer, a pessoa pode fazer o registro da arma, não precisa esconder o armamento, a não ser que saiba que a origem é ilícita. Veja que eles registraram 5 armas, cada um, de origem lícita. Aquelas outras armas brasileiras tinham notas de compra ou coisa assim?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Dessas outras armas que não as 10 registradas em nome dos 2, havia 3 ou 4 armas registradas em nome do pai e da mãe dos 2 investigados e uma arma registrada em nome de uma outra familiar, não me recordo se era a irmã ou prima. Então, eram armas registradas em nome de familiares. Não acredito, sinceramente, que a mãe dos médicos, uma senhora de bastante idade, fosse ter registrada em seu nome uma espingarda calibre 12. O que isso nos leva a crer? Que, extrapolado o número legal de armas passíveis de serem registradas, compra-se e registra-se em nome de terceiros, como, por exemplo, a mãe ou o pai. E temos essas armas de que falei anteriormente ao Deputado e colega, que são armas nacionais, mas que não possuem registro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já foi concluída alguma perícia nessas armas? Todas elas foram periciadas? Essas armas tinham sinais de uso? Enfim, o que a perícia indicou no exame que fez dessas armas?



O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Para fins de encaminhamento do procedimento investigatório, fizemos uma perícia preliminar. Todas as armas funcionaram, utilizamos as munições apreendidas, alguns exemplares, e posteriormente encaminhamos todo esse material para uma segunda perícia, no Departamento de Criminalística de Porto Alegre. Não temos o resultado ainda, o laudo pericial, mas, em contato preliminar com os peritos, tivemos a notícia de que novamente todas elas foram testadas e apresentaram condições de funcionamento, são lesivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Francisco Appio.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Dr. Luciano, é importante essa apreensão, porque ela também tem um caráter pedagógico. A razão da sua presença aqui nos ajuda a compreender melhor o que está acontecendo. Temos a idéia geral de que há muita arma ilegal entrando no Brasil via contrabando, mas também temos a convicção de que não estamos bem organizados no controle das armas legais. Então, pergunto-lhe a respeito dessas 5 armas nacionais não registradas. É isso?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Exato.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Cinco armas nacionais não registradas. Queremos compreender porque um mecanismo que hoje está estruturado, com uma legislação adequada e rigorosa... Sabemos que se alguém quiser ir na Taurus comprar uma arma não consegue, tem que ir a uma loja especializada, tem que registrar essa arma, é possível rastreá-la. Mas não conseguimos compreender como um cidadão tem essa facilidade de comprá-las. Que vai comprá-la no contrabando nós sabemos. O Moroni nos disse agora há pouco que há fronteira livre no Brasil. Disso nós sabemos. É possível rastrear essas 5 armas? A Polícia Civil Estadual já está fazendo ou deixará para a Polícia Federal?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Bom, o nosso trabalho encerrou a partir do momento em que a nossa investigação preliminar foi a Juízo e, por uma questão de atribuição, hoje a Justiça Federal e a Polícia Federal trabalham no caso. Mas, objetivamente, sobre essas armas que o senhor me pergunta, acredito que, por serem armas mais antigas — e essas armas sem registro são antigas, as novas são estrangeiras —, pelo fato de serem antigas, até podemos tentar rastreá-las junto aos fabricantes, mas certamente não vamos encontrar a procedência delas.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Em relação a essas armas que supõe-se que os irmãos estivessem colecionando, ao arrepio da lei... Porque é tão fácil buscar... O porte de arma, por exemplo, já o estão buscando junto à Polícia Federal. Poderiam buscar a condição de colecionadores sem qualquer impedimento. São pessoas idôneas, que não têm aparentemente qualquer tipo de problema. Portá-las ilegalmente... o senhor teria idéia do porquê? Formou alguma convicção?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Realmente, fica bastante difícil formar convicção, até porque eles, os envolvidos, negam-se a prestar qualquer esclarecimento. Como falou o Deputado Moroni Torgan, seria muito fácil eles alegarem, ou o Dr. Carlos alegar, no dia em que foi preso — até porque essas armas estava envoltas em cobertores, as proibidas, e escondidas dentro de um de seus carros no interior de uma garagem —, poderia ter simplesmente dito que, conhecedor da legislação, sabendo desse prazo que já foi dilatado para que essas armas fossem entregues, que as teria colocado no carro exatamente para entregá-las à polícia no outro dia. Mas isso não aconteceu. Então, o que fica de convicção para nós é que essas armas faziam parte realmente do acervo bélico dos dois. Não se sabe se as mais novas, encaixotadas, com etiquetas e sem uso, como frisei anteriormente, seriam comercializadas com alguém. Porque as armas, segundo a nossa informação — e isso se confirmou com a ação policial efetivamente desenvolvida —, saíam da cidade na madrugada daquele dia. Se não tivéssemos feito a diligência para cumprir esse mandado no horário em que foi cumprido, se deixássemos para o outro dia, teríamos perdido esse arsenal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse é um detalhe interessante.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E iria para onde que conseguiram?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - A informação recebida nos dá conta de que essas armas viajariam para a cidade de Ijuí, cidade natal dos 2 médicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é muito interessante, porque o fato de se encontrar no carro, quem é que me diz que não seria também para que essas armas fossem vendidas ou alugadas para alguém.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De repente poderiam servir para aluguel. Como são os nomes dos 2 médicos?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Carlos Henrique Gross e Paulo César Gross.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Aí é de se lamentar, Presidente Moroni, a ausência dessas pessoas. Quer dizer, cada vez mais vai suscitar a versão de que há algo escuso. Ilegal já é, mas que teria comprometimento também com outros delitos. Seria muito mais fácil comparecer, dar explicações, responder, é claro, pelos atos e resolver o problema. É preciso fazer aqui um apelo. Há certamente pessoas ligadas e presentes a esta sessão. É um apelo para que resolvam de uma vez, comparecendo. Podem procurar a CPI aqui, procurar em Brasília, que o assunto poderá ser melhor encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, até para dar conhecimento à Comissão, foi protocolado hoje pela manhã ofício encaminhado pelo Sr. Carlos Henrique Gross: *“Brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado no Município de Santa Cruz do Sul, por seu procurador, vem, com a devida vênia, à presença de V.Exa., considerando que o mesmo foi convocado para prestar depoimento perante a referida Comissão Parlamentar para o dia de hoje, a realizar-se nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, dizer que, segundo atestado médico, medicamentos e resultados de Raio X do tórax, que se juntam à presente, o mesmo se acha impossibilitado de comparecer à referida audiência pelo prazo constante no atestado, requerendo para tanto que seja designada nova data para que possa depor, por ser de direito. Outrossim, requer que lhe seja assegurado o devido sigilo do prontuário, para efeito de que não seja publicado diagnóstico médico apontado para justificar sua ausência. Nesses termos, pede deferimento. Bacharel João Luiz Paranhos Luz, advogado”*. Documento que data de hoje. Juntamente com o documento, é apresentado um atestado médico assinado pelo Dr. Carlos Eurico da Luz Pereira, pneumologista, com a data de ontem, alegando a impossibilidade de comparecer pelas próximas 72 horas. Anexada também uma solicitação de raio X de tórax e uma nota fiscal de uma farmácia, de ontem, às 16h07min, onde o Dr. Gross aparece como cliente, para



aquisição de um remédio, 6 comprimidos de um determinado remédio. Então, este documento foi apresentado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Também eu não vejo diferença. O fato de ele fugir, na próxima vez em que for convocado não vier, uma junta médica vai fazer a avaliação dele, sem sombra de dúvida. Inclusive, vou deixar uma junta médica de sobreaviso para a próxima convocação e ele terá que comparecer em Brasília para essa convocação. Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mesmo com toda essa situação, o Carlos Gross encontra-se solto, delegado?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Sim, ele foi preso. Mesmo não tendo prestado esclarecimentos no dia do cumprimento da diligência, foi preso em flagrante. Foi decretada a sua prisão preventiva pelo juiz de Santa Cruz do Sul. Posteriormente, os autos do inquérito foram remetidos à Justiça Federal, em razão do indiciamento por tráfico internacional de armas que nós firmamos. E, por circunstâncias que nós desconhecemos, até porque o Estatuto do Desarmamento reza que esses crimes de maior gravidade são insuscetíveis de constituição de liberdade provisória, mas, por questões que não nos cabe julgar ou censurar, ele acabou sendo liberado. Encontra-se... Apesar de não ter prestado qualquer esclarecimento a respeito desses fatos, encontra-se solto.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Essa liberação, Doutor, desculpe, deu-se através de um *habeas-corpus*, um remédio jurídico?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor sabe onde foi tomada essa decisão de soltá-lo? Qual é... Em Santa Cruz tem Justiça Federal?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Tem Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Foi decisão local lá?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não. Pelo que eu tenho conhecimento, isso foi no tribunal de primeira ou terceira Instância. Não foi em Santa Cruz do Sul.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Perfeito. E com relação ao outro médico, ao irmão, vocês conseguiram apurar alguma coisa a respeito da participação dele?



O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - A partir da informação e do que nós pegamos de armas e de mandado de busca cumprido no apartamento do irmão, nós restamos, ao final da investigação, convictos de que o arsenal pertencia aos 2, até porque os negócios dos irmãos são todos em comum, são todos feitos entre os 2. Tanto que — uma outra questão que não foi falada — nós descobrimos que eles são proprietários de uma série de imóveis em Santa Cruz do Sul, 15 ou 18 imóveis; têm alguma vinculação com uma empresa de táxi aéreo no Estado de Santa Catarina — Dr. Carlos é piloto, possui ali 1 ou 2 aviões —; propriedades rurais; diversos veículos automotores; caminhão. E esse patrimônio todo, essas questões são tratadas por eles de igual forma. Então, nós temos a convicção de que, muito embora o Dr. Paulo tenha dito que essas armas ilegais são problemas do irmão, nós concluímos e temos a convicção de que o arsenal pertença efetivamente aos 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o que justifica esse patrimônio grande que eles têm?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Essa é uma questão que está sendo apurada pela Polícia Federal em conjunto com a Receita Federal, para ver justamente, na ausência de explicações, se esse patrimônio exacerbado e patrimônio, até certo ponto, recente, construído nos últimos anos, é fruto exclusivamente da atividade laboral dos irmãos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E começa a complicar cada vez mais. Quer dizer, é piloto, tem propriedades em outros Estados e com esse arsenal todo de armas. Quer dizer que, com essa sua declaração, eu vou pedir a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos 2 e de quem for relacionado com eles, e a partir da semana que vem.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. também solicitasse cópia do inquérito. Eu fiquei muito curioso para conhecer as razões que levaram à autorização para a soltura do médico, porque, preso com esse volume de armas, com a quantidade de munição, nega-se a dar qualquer tipo de colaboração na investigação e é determinado por uma determinada instância do Poder Judiciário que ele seja colocado em liberdade. Quer dizer, do meu ponto de vista, no mínimo a título de curiosidade, nós temos que conhecer a decisão do juiz.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Temos. Tivemos um caso parecido e que já parece ter umas nuances diferentes. Foi o Beleza, na cidade de Bagé, se não me engano, e também já foi pedida a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico nesse sentido. E parece que já tem aí uma periferia bem diferente daquilo que nós pensávamos. A partir do momento em que houve um desenvolvimento tão grande, financeiro e econômico, dos 2 médicos, ou a medicina está dando muito dinheiro ou tem alguma razão diversa para esse desenvolvimento e eles vão ter que explicar. Já que não vieram explicar à CPI, nenhum dos 2, agora, através da documentação das quebras de sigilo, eu tenho certeza que nós poderemos ter muito mais explicações. Saberemos. Quebra de sigilo telefônico das suas propriedades, o que estiver no seu nome, o que estiver nos nomes dos pais, em termos de telefone, vão ser também diligenciados no sentido de que possamos saber quais foram os contatos que foram feitos, em que cidades foram feitas e por que esses médicos iam a Livramento comprar armas, se compravam só armas, e sabendo que armas eram ilegais. Quer dizer, toda uma investigação será muito mais recrudescida nesse momento em que eles se negaram a estar aqui, um com uma justificativa e o outro simplesmente, pelo que nos foi informado, está viajando.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Delegado, nesse levantamento patrimonial foram também buscadas informações a respeito dos pais e demais familiares?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não. Como eu já coloquei...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Porque, da mesma forma como eles registravam armas em nome dos pais e de outros parentes, é bastante provável também que esse mesmo procedimento tenha sido adotado no sentido de encaminhar registro de patrimônio. Parece-me razoável essa...

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Com certeza, são questões que têm de ser objeto de investigação. Mas como...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Qual é o delegado da Federal que está tratando desse caso? O senhor sabe?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Nós não temos conhecimento especificamente do nome ainda. É uma questão que está sendo tratada pelo procurador.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas hoje estaremos com o pessoal da Polícia Federal às 14 horas. Aí já poderemos, inclusive...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O Sr. Delegado Menezes está trabalhando conosco agora.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente Moroni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu acho que é importante também avaliar, nessa circunstância... Aliás, primeiro quero fazer uma consideração aqui. A primeira impressão que nós tínhamos, a leitura que fazíamos por conta das notícias que eram veiculadas na imprensa... O Deputado também há de concordar que, num primeiro momento, pensávamos que se tratasse simplesmente de uma questão de um colecionador, de um aficcionado. Agora começa a se revestir um quadro bem mais complexo. Primeiro ele se recusa de vir depor na Polícia Civil. Quer dizer, apesar de não prestar esclarecimento, desvencilha-se da prisão. Aí, daqui a pouco, vem a questão patrimonial volumosa. Daqui a pouco, está colocando armas nos nomes dos pais. Armas no porta-mala envoltas num cobertor. Quem me diz que essa arma não ia na noite perpetrar crime? Quer dizer, daqui a pouco ser emprestada, enfim, alugada para se cometer crime. Então, parece-me que se faz necessário não só a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico deles, como, inclusive, daqueles que tiverem uma ramificação, e possivelmente dos pais. Eu até fico curioso. É família de Ijuí. Eu vou até me inteirar mais e melhor porque Ijuí é onde atuo e conheço todo mundo e nos conhecemos a todos lá, até para nós termos uma leitura mais clara. Mas o quadro me parece, sim, que se forma diferente, e aí já é piloto de avião, e aí já tem ligações com outros Estados, já têm propriedades em outros Estados. Quer dizer, para quem tem um pouco de experiência em CPI — V.Exa. que já presidiu a CPI do Narcotráfico —, tem todos os ingredientes, tem todo um perfil, tem toda uma série de quesitos e de requisitos que são preenchidos para dar exatamente a fotografia de alguém que age ilicitamente. Não se quer aqui fazer um prejulgamento, absolutamente não. Mas o quadro vai-se montando, as peças vão encaixando, e aí temos de fazer essa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se age ilicitamente, não precisa nem fazer julgamento, o flagrante é prova.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Já está marcado. Mas aí é que se amplia essa ilicitude, porque daqui a pouco poderia passar a impressão de que é um aficcionado que transgride a lei, mas que tão-somente está comprando arma, que sabemos que isso acontece. Claro, tem que reprimir, enfim, tem que processar toda uma questão. Agora, ir adiante, daqui a pouco usar essa arma para perpetrar crime, assalto, para alugar essas armas, para se locupletar, para enriquecer ilicitamente, enfim, para amealhar patrimônio, aí a coisa começa a tomar um outro perfil, um outro quadro. Acho que *hay que endurecer*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço ao delegado e S.S^ª. tem a palavra para as considerações finais.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Como falou o Deputado Pompeo, o que nos chama a atenção é justamente isso. Se as armas foram adquiridas justamente por uma questão de gosto por artefatos bélicos, para construir um acervo pessoal, não haveria, a nosso entender, qualquer motivação para que essas pessoas, uma vez investigadas, não resolvessem seu problema de forma mais rápida.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não se explicassem.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Exatamente, esse “não explicar” ou usar de artifícios para não explicar nos leva a crer, nesse contexto todo, que há de ser investigado com mais profundidade pela Polícia Federal, em razão de atribuição agora. Isso é uma questão que se impõe, até porque nós temos — falando de Santa Cruz do Sul e da região de Santa Cruz do Sul — fatos do mês passado, temos fatos de 2 anos de um desenvolvimento muito grande de um ciclo de ladrões de carros-fortes. José Carlos dos Santos, o Seco, é o indivíduo procurado número 1 dos Estados do Sul hoje. Registram-se contra ele 7 ou 8 mandados de prisão. Já arrecadou aí cerca de 10 milhões de reais com roubos de carros-fortes. E justamente a munição e o armamento que ele utiliza são exemplares desses que foram apreendidos. Tivemos agora, no dia 9, em Santa Cruz do Sul, 2 policiais rodoviários que foram intervir, conseguiram abortar um assalto a carro-forte, que quase foram mortos com rajadas exatamente desses fuzis, desses calibres. E nós não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do mesmo calibre que foi encontrado lá?



O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - O mesmo 556.223 e o mesmo 762.308, exatamente a mesma coisa. Então, é uma questão que nós temos que debater e investigar, principalmente, de que forma isso está entrando e se essas armas efetivamente são locadas para esse tipo de gente, porque são armas que não existem no comércio formal para vender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Locadas ou vendidas.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Ou vendidas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Alugadas.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Porque se sabe hoje que está muito em moda, muito em voga...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - *Leasing*. Daqui a pouco estão fazendo *leasing* de arma aí.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - ...a locação. Hoje não é novidade para ninguém, não precisa nem ser policial para saber que armas e automóveis hoje são locados por bandidos. Isso é terceirizado na criminalidade.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É verdade.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Então, é uma questão que tem que ser profundamente investigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço, delegado, a sua participação. Realmente, cada vez a coisa complica mais. Veja que o armamento apreendido com os médicos é o mesmo armamento utilizado na região para assalto a carro-forte. Quer dizer, é uma coisa que começa... Pode ser coincidência, mas pode não ser também. Isso tem de ser investigado. E, como nós não temos nenhuma palavra dos mesmos, é uma coisa que deixa dúvidas. E essas dúvidas... Tem um jargão policial que diz que polícia não pode ficar na dúvida, tem que conferir. Então, a CPI também não vai ficar na dúvida e nós vamos conferir para saber que tipo de procedimento estava envolto ao redor da posse dessas armas aí. Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - A empresa que eles são proprietários, é empresa de táxi aéreo, não é? Ou é só de aviões?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Segundo os documentos, eles são sócios de uma empresa de táxi aéreo em Santa Catarina.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Em Santa Catarina. Há registros de operação dessas aeronaves em Santa Cruz?

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Não. Que nós tenhamos conhecido, nesses 10 dias de investigação, não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não tem.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Mas é uma outra questão que tem que ser levantada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, inclusive, doutor, eu peço depois que nos mande a cópia do procedimento, inclusive o nome dessa empresa, que nós vamos ver todas as rotas que essa empresa fez de vôo, no sentido de saber que tipos de rotas que foram tomadas, se coincidem também com rotas vinculadas a atos criminosos conhecidos, como rota da fronteira para dentro do País, tanto trazendo armas como drogas e coisas nesse sentido.

Agradeço ao Dr. Luciano Fernandes Menezes a presença, a sua colaboração, a sua ação. Parabéns pela ação. Espero que possamos agora, junto com a Polícia Federal, tirar todas essas dúvidas. Como diz, a investigação não pode ficar com dúvidas, ela tem que conferir, e nós vamos conferir. Muito obrigado.

O SR. LUCIANO FERNANDES MENEZES - Com certeza. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Gostaríamos de chamar o Sr. Edson Garrastazu, Presidente do Tiro 4 Clube Gaúcho de Caça e Pesca. Agradecemos a V.S^a a sua presença, desde já. *(Pausa.)*

Sr. Edson, eu quero agradecer a V.S^a mais uma vez e dizer que a sua presença aqui se deve principalmente ao fato de que algumas declarações nos causaram estranheza, como na oitiva do Sr. Beleza, lá de Bagé. Ele disse que seria comum terem munições importadas sem registro em clubes de tiro, que isso aconteceria normalmente. Inclusive, que o pessoal ter armamento importado também sem registro é uma prática comum em vários... É bom que o Presidente da Federação, o Dr. José Carlos Duarte, também está aqui. Essas perguntas também estarão dentro do contexto. E isso nos deixou bastante preocupados. Quer dizer, se a partir de clube de tiro nós temos a facilidade de trazer munição importada sem cobertura legal, sem coisa nenhuma, se a partir de clube de tiro nos traz a facilidade de ter armamento ilegal no País sem a cobertura, isso vai dar uma fachada louca para qualquer bandido dizer que é de clube de tiro e que por isso está tendo esse



tipo de ação. Então, essa foi a razão que levou o Relator, inclusive, a solicitar o convite a V.S^{as}, para que nós pudéssemos esclarecer e ter uma palavra oficial, que, no meu entender, não é bem assim. Mas eu não posso dar a palavra antes de ouvi-los. E eu acredito que haja toda uma regulamentação, todo um procedimento, e como toda prática de qualquer esporte, ela vem vinculada a um regulamento que deve ser seguido e não deve ser burlado facilmente. Então, V.Sa. está conosco justamente para que possamos ouvir a versão oficial dos clubes e da federação nesse sentido.

Muito obrigado pela presença.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Deputado Moroni Torgan, Presidente da Comissão, acho que a melhor resposta que posso dar à Comissão é descrever o roteiro que se faz para obter arma e para obter munição, se o senhor estiver de acordo e tiver paciência para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor tem liberdade para falar.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Há 2 anos, eu estava em Munique, comprei uma pistola. E o que eu fiz para comprar essa pistola, uma pistola de tiro rápido? Eu mandei, antes de ir a Munique, pedir uma fatura pró-forma da fábrica. Com essa fatura, eu encaminhei, já era o capitão Pacheco, eu acho o Chefe do SFPC, pedido de certificado de importação do Exército. Fui lá, trouxe a pistola comigo. Quando cheguei à alfândega, aqui, em Porto Alegre, entreguei a pistola, o capitão foi lá e levou a pistola para o SFPC. Eu paguei os direitos de importação etc. Isto posto, fui lá ao SFPC e me foi entregue a arma. Quer dizer, esta é a maneira que se pode comprar uma arma de tiro ao alvo. Munição. Mensalmente, no clube, se fazem pedidos de munição. Para fazer um pedido de munição, o atirador tem de ser filiado a um clube de tiro, tem de ser filiado... *(falha na gravação)* ...do Círculo Militar entregamos a ele pelo apoio que ele dava ao tiro. E, nessa época, eu fui mostrar para eles como é que se atirava a silhueta metálica, como é que se fazia o tiro rápido. Fiz demonstração no Círculo Militar e fiz demonstração no clube de tiro, porque lá é o tiro forte, é o tiro prático, não é o tiro esportivo, o tiro ISSF, aquele que se disputa em Olimpíadas etc.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu teria como curiosidade, Dr. Edson: quais são os calibres utilizados para competições de tiro?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Bom, tiro rápido: era 22 curto, agora é 22 longo; pistola *standard*, 22 longo; fogo central, tem uma munição de fogo central 32 ou 38; munição de canto-vivo, Wadcutter, é uma munição mais fraca, especial para isso. Para o tiro prático, nós utilizamos calibres proibidos. Podemos utilizar 40, podemos utilizar 45. É-nos vedado exclusivamente a 9 milímetros, que é uma munição de uso militar, e esta não se usa. Mas 40 e 45 se usa e tiro de fuzil que se pratica. Mas o tiro de fuzil que se pratica, normalmente o atirador de fuzil é registrado como recarregador, porque a munição comum que anda por aí não serve para nós. Eu não sou atirador de fuzil, não sou um aficionado. Experimentei, não gostei, não me dei bem e desisti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que tipo de fuzil? O senhor sabe?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Normalmente, 308 ou 243. E o 6 PPC, que é um calibre novo, foi criado há pouco tempo, tem um cartucho mais curto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora me diga, AR-15, FAO, coisa assim...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não. Isso não é da nossa área, absolutamente. FAO quem é que quer? AR-15? Não existe prova para isso. Existe uma prova nos Estados Unidos chamada Tri-Gun, que é uma prova com arma curta, arma de chumbo e arma automática. Nós tentamos fazer essa prova aqui, mas só vinha militar na prova, porque normalmente civil não tem uma arma semi-automática e tem dificuldade de munição, essa série de coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o calibre que tem maior no tiro, seja esportivo ou prático, é o ponto 40 ou 45?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É. No tiro prático, 40 e 45. Basicamente, mais 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem 9 milímetros?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Perdão, 38 super para o pessoal que atira pistola (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas 9 milímetros também não?



O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não. Nove milímetros é proibido. Nove milímetros, se pegar um cara no clube atirando com 9 milímetros, eu vou chamar ele e dizer que não o faça, porque vai comprometer a mim e aos outros.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo e me colocar solidário ao problema do arroz.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Amanhã, eu vou a *(ininteligível)*.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Já é um conforto. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Diga-me uma coisa, doutor: o Beleza é sócio do clube?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Do Tiro 4, não. Ele é sócio do Clube de Bagé e deve ser associado também ao Círculo Militar de lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas do Tiro 4 ele não é?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não. Do Tiro 4 ele não é. Quer dizer, conforme eu disse, ele pode ter comprado munição no Tiro 4, mas não do Tiro 4.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Primeiro, porque o Tiro 4 não tem munição para vender, Deputado. Eu nunca permiti...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em competições, aí poderia ter...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Na competição é outra coisa. Competição internacional é outra coisa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. É só, para eu entender bem essa questão.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Pode perguntar, estamos aqui para explicar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, esse caso do Beleza nos chamou muito a atenção pelo volume de armas e, principalmente, de munição apreendida. Não sei se o senhor chegou a ter conhecimento, por exemplo: mil cartuchos ponto 45; 2.920 cartuchos CCI americanos ponto 22; 2.456 ponto 38; 1.437 ponto 45; 1.291 cartuchos de 9 milímetros; 4.070 cartuchos de ponto 22, italiano.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Italiano?



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Italiano. Acho que é cartucho fiochi.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É, deve ser. Italiano deve ser fiochi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Depois tem 1.041 cartuchos americanos frontier ponto 308; 1.095 cartuchos jeco 9 milímetros, dinamarquês, eu acho; mil remington ponto 22. Aí, vai...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse tipo de munição — até para o nosso conhecimento — 762, por exemplo, finlandesa, 762, 765, bastante munição da Finlândia. Muita munição finlandesa, lapua.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Lapua.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Lapua. É comum esse tipo de munição em clube de tiro?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, uma prova de tiro de fuzil é uma prova de 20 tiros. São 20 tiros. Então, a quantidade de munição não é tão espetacular assim. Agora, o Beleza há anos que ele tem arma e vai juntando. Eu não sei de onde ele arranhou toda essa munição, deve ter comprado de um lado e do outro. O Beleza vivia muito ligado, em Bagé, ao pessoal do Círculo Militar, e eles praticam tiros de fuzil lá. Aliás, em Bagé, tem uma linha de tiro de fuzil muito boa de 300 metros que nós utilizamos, através da federação também, para fazer provas lá. Então, lá havia esse intercâmbio civil e militar que pode ser que ele tenha comprado deles. Agora, a munição de tiro esportivo que ele tem. Vou dar um exemplo para o senhor. Há 2 anos atrás, eu estava disputando o *ranking* nacional de atirador sênior, eu tenho 71 anos. Fiquei em primeiro em fogo central, fiquei em primeiro em tiro rápido e primeiro em pistola *standard*. Naquela época, eu treinava tiro rápido diariamente. Eu dava, por dia, 300 tiros. Tanto que eu pedi uma licença especial para o capitão Pacheco, eu acho que era o Caron ainda naquele tempo, e ele me deu uma licença para comprar 30 mil tiros da CBC 22 Curto, dos quais eu dei 26 mil, ainda tenho 4 mil. Não serve para competição, serve para treinamento, porque ele não tem qualidade suficiente para competição, mas para treinamento serve. E é difícil conseguir essa munição. Quando eu ia às competições internacionais, normalmente eu atirava com munição que quem me dava era o Major Cardoso,



Comandante da Linha de Tiro de Agulhas Negras, que é meu bom amigo e, às vezes, treinamos juntos. Então, essa munição de tiro não é tão espetacular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que o interessante é ele ter muita munição 9 milímetros e 10 pistolas 9 milímetros.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Bom, isso aí, quem sabe ele fosse juntando há tempo. Não sei que origem ele deu. Agora, de uma coisa o senhor pode ter certeza,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que não é utilizado em clube de tiros.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - ... munição 9 milímetros não é comprada pela federação. Nunca foi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutor, olha só. Eu estava questionando o Beleza. Eu lhe perguntei em determinada oportunidade: *“1.437 cartuchos de 45, onde tu comprou?”*

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *“Nos clubes de tiro”* — disse ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) — S.Exa. está lendo o depoimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou lendo o depoimento do Beleza. *“Nos clubes de tiro. Isso aparece com facilidade nos clubes de tiro.” “Mas onde?” “Ah, nas provas do clube de tiro, comprava uma caixa, duas caixas, cinco caixas de outro.” “Tá, mas como é que funciona isso?”* —perguntei ao Beleza. E ele: *“Bom, a Confederação Brasileira de Tiro, há alguns anos atrás, solicitou e solicita à Federação Gaúcha de Tiro Prático que organize provas. Essas provas são realizadas normalmente em unidades militares...”*

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Eram. Agora a gente diminuiu, por causa da dificuldade burocrática.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E foi explicando: *“Mas e essas munições 762 finlandesa”* — perguntei para ele. *“Os clubes importam com autorização”* — disse o Beleza.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Nós aqui nunca importamos, porque nós nunca tivemos volume suficiente de atiradores de fuzil. E aqui, no Rio Grande do Sul, a recarga é bem desenvolvida. Eu sou recarregador há 30 anos. Eu



recarrego todos os calibres, sou registrado etc., e eventualmente nós damos curso de recarga no Tiro 4 para ensinar o sujeito a agir com...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí, mais adiante voltamos... *“E a 762 finlandesa?” “Foram compradas em prova de tiro” “De quem?”* Aí, vai, vai. Diz ele: *“É só fazer essa pergunta para a Federação Gaúcha de Tiro Prático, que tem lá todas as listas dos atiradores e pode explicar quem poderia ter munição importada, para este fim”*. Mais adiante, ele diz de novo: *“As federações conseguem importar. As federações têm autorização para importar”*.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - As federações conseguiam, conseguem autorização para importar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Daí eu perguntei ainda: *“De onde esse monte de munição? De quem? Me cita um exemplo.” “Do Clube de Tiro 4 de Porto Alegre”*. Quer dizer, eu estou colocando para o senhor aqui a explicação que nós recebemos do cidadão sobre a...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, ele pode ter comprado no Tiro 4, conforme eu disse ao senhor, no ano 2000, nessa prova internacional. Ele pode ter comprado munição 22, munição 32, munição 38. Agora, nessa prova não teve tiro de fuzil.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas não era um volume de munição que cada um podia comprar na época que pudesse ter esse estoque, creio eu.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - O Beleza deve estar comprando munição há uns 30 anos, acho que desde que ele deixou de ser guri. Acho que ele gosta de tiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas eu pergunto o seguinte, doutor: não temos lá, por exemplo, quem comprou naquela oportunidade, qual é o volume que cada um comprou?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, isso aí *(ininteligível)* Munição de fuzil não tinha para vender.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, eu sei. Mas outras munições, por exemplo?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Isso aí a confederação foi que vendeu e tem a relação de quem comprou.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A confederação que comercializou, que vendeu?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É. A confederação, quando tem uma prova dessas, ela tira uma licença no DMB, Diretoria de Material Bélico, a CBC entrega a munição. A munição fica guardada, nós contratamos segurança e o diabo para cuidar disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E aí então cada atirador que adquiriu tem lá: Fulano de Tal comprou 400; Fulano de Tal...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Tem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Teoricamente, a confederação tem todas essas informações.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Sim, senhor. Tem. Senão, não compra de novo. O controle é feito pelo DMB e pelo SFPC. Quer dizer, todos os meses, quando eu peço munição para os atiradores do Tiro 4, eu mando para o capitão Pacheco uma lista com o nome de todo mundo de minha parte.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantos atiradores têm lá mais ou menos?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Na Tiro 4?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Uns 150, mas em Porto Alegre tem diversos clubes de tiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas para eu entender o procedimento. Por exemplo, um atirador, ele chega lá, a arma que ele utiliza, é uma arma dele?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cada atirador tem sua arma.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - O clube não tem arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O clube não tem arma.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esta arma para ele utilizar é exigido, por exemplo, que ela tem de ser uma arma registrada, ela tem que ser uma arma legalizada?



O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Vamos tomar um... Deixe eu descrever para o senhor o roteiro para se comprar uma arma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pergunto isto para o senhor, porque eu peguei duas pistolas Glock.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Ah! Glock não é...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele também me disse que comprou no Clube de Tiro.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - No Tiro 4 não foi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou colocando...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Conheço um atirador ou 2 que atiram de pistola Glock 40. Acho que é uma mania, porque acho aquela pistola uma porcaria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vai ver que foi eles que venderam para o Beleza.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Vai ver. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não sei. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso quando não dá umas engasgadas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas como é que funciona isso aí?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - O segredo de uma arma segura é ela ser simples. A Glock é uma arma de molas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim. Mas pergunto ao senhor: o cara para atirar a arma dele tem que ser quente?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Deixe eu descrever uma coisa para o senhor. O sujeito chega ao Tiro 4 e resolve se associar. Para ser proposto para sócio do Tiro 4 ele tem uma proposta na qual 2 atiradores assinam propondo o sujeito. Então, ele entra no Tiro, se inscreve e aí ele tira um curso de tiro, nós temos cursos de tiro no Tiro 4, que é ministrado lá dentro do clube pelo sócio do clube, que é devidamente credenciado, junto ao SFPC, como instrutor. Isso aí se credencia com o Pacheco, mostra o currículo etc. e consegue um credenciamento de instrutor. Eu sou um deles. Aí, após tirar esse curso, ele tem que participar de prova. No curso, a munição é dada para ele tirar o curso. Aí, ele tendo tirado o curso, ele virou atirador. Então, ele tem que ser filiado ao clube, filiado à federação e filiado à



confederação. Se não for não compra nada. Aí, ele se inscreve e pode comprar munição. Então, quando ele se inscreve ele tem que colocar o seu CR — Certificado de Registro, o número do Certificado de Registro, número do clube, número da federação e número da confederação. Esse pedido se encaminha, todo mês, para o SFPC. Ele é conferido. Passa o pedido, volta para nós, nós depositamos o dinheiro na CDC e recebemos o pedido um tempo depois.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não entendi. E a arma que ele utiliza?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - A arma é a mesma coisa. A arma, para ele comprar uma arma, ele tem que se filiar, tem que pedir uma licença para comprar essa arma, isso aí é encaminhado para o SFPC.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A arma que ele utiliza lá no clube.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Lá no clube, é dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela é uma arma...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É uma arma dele, registrada em nome dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Registrada em nome dele.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Enquanto ele não tiver devidamente registrado, equacionado, identificado, ele não atira. E se ele tiver um arma dele ele vai ter que registrar a arma e se submeter a essas formalidades até se tornar um atirador.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantos clubes de tiro têm aqui, em Porto Alegre, que o senhor calcula.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Ah! Um monte. No Rio Grande do Sul o que é que tem? (*Pausa.*) Quarenta e quatro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quarenta e quatro filiados. E tem outros não filiados.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Isso eu estou respondendo ao senhor pelo tiro de balas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - O caçador aqui tem aos montes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, não, não. Estou dizendo só...



O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Quer dizer, a caça aqui é uma coisa grande.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um esporte popularizado.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Difundido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pois da minha parte é isso, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Estou pronto para responder ao senhor o que o senhor perguntar mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor conhece a quanto tempo o Beleza?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Conheço o Beleza há uma meia dúzia de anos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Seis anos ou várias meias dúzias?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não. Uma meia dúzia só.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Seis anos. E pela sua convivência, pela sua experiência aí, qual é a leitura que o senhor faz?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, o Beleza é um ser humano atípico. O Beleza é um sujeito que, como diz um amigo meu, Valdemar Bir(?), veio ao mundo a passeio. O Beleza, conforme eu já disse, tem uma verdadeira aversão por regulamento. Então, em Bagé, ele inventou provas diferentes. Quer dizer, o que eu fui a Bagé, quando fui atirar lá com eles, foi tentar canalizar o pessoal para o tiro formal. Colocar dentro do que se compete. O Beleza inventou uma prova, Chumbo no Aço, que era só o que ele queria fazer lá. Isso aí não dá *ranking* para ninguém, não torna o atirador um participante do esporte, que é o nosso interesse, e não o enturma no negócio. O Beleza é um sujeito desligado. O Beleza, no verão, vai para Punta del Este e passa o verão cantando em Punta del Este. Ele é cantor, muito bom cantor. Peça para ele cantar. O senhor vai gostar até. (*Risos.*) Quer dizer, o Beleza é uma figura diferente, é um sujeito diferente.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quer dizer que é uma beleza, então?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Bom. *(Risos.)* Desculpe levar por esse lado, mas não estou brincando, eu estou querendo... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas é o que causa impressão. *(Risos.)* Os amigos que o senhor conhece do Beleza, alguém que esteja envolvido em atos criminosos, que tenha sido chamado pela Polícia. Há alguma notícia que o senhor tenha tido nesse sentido.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Deputado, o Beleza não é um criminoso, o Beleza é um relaxado. Desculpe-me. Ele não é um criminoso, ele é um relaxado, ele é um distraído, é um cara que tem uma mentalidade de 30 anos atrás, no tempo em que o gaúcho, para ser macho, tinha que ter fuzil e arma. É o Beleza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Hoje, basta piúcha e já é reconhecido como tal, não é? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Hoje não precisa ter revólver na cinta; tendo um lenço no pescoço, chega.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Chega, chega, chega.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Essa é a diferença. *(Risos.)* A que o senhor atribui, na sua experiência, como atirador, sendo ele também um atirador, o fato de ele ter tanta munição em casa?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, ele deve ter munição de 30 anos. Ele vem comprando isso há muito tempo. Mesmo porque não é fácil comprar.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas a munição não vence?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olhe, munição, eu ouvi o Deputado Moroni dizer que uma munição dura 2 anos. Dura mais. Tenho munição L comprada em 1980 que funciona perfeitamente. E é uma munição de altíssima precisão. Testo a precisão antes de atirar, porque senão eu não faço ponto. Se não faço ponto, não ganho prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Munição...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Se bem guardada, dura mais. Ele está-se referindo provavelmente à munição de extraordinária confiança que um policial deve ter que usar, porque da arma e da munição dele depende a vida dele. Então, ele não pode brincar. A munição dura bastante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que eu disse foi exatamente isso: que em 2 anos nós substituímos, porque não tem... Mesmo por que a condição de guarda é fundamental. Disso eu tenho conhecimento. Só que ele não tinha uma condição de guarda excepcional e tinha, se não me engano, uns 20 mil cartuchos, mais ou menos, lá.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, as armas do Beleza — eu não sabia que ele tinha todas essas armas, já vi algumas — não valiam nada não. Eram armas velhas, enferrujadas, não...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Algumas delas, sim, mas havia algumas boas.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Devia ter, não sei. Mas...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor chegou a ver todo esse arsenal que o Beleza tinha lá em Bagé? O senhor chegou a...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não, não vi. Não vi. Inclusive, quando prenderam as armas do Beleza, tinha 2 armas minhas que estavam lá, porque eu ia voltar a Bagé para fazer uma prova de silhueta metálica e umas provas de tiro rápido. São armas registradas, armas que me pertencem há muito tempo e todas elas tinham um guia de tráfego de vida. Estavam lá guardadas. Deixei com ele para não ter que estar viajando para Bagé e voltando com arma no carro, que arma... Não sei se o senhor já viajou carregando uma arma longa. É uma amolação, um troço que chateia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - E a gente está sempre sujeito a algum problema. Eu vou a Bagé sistematicamente. Aliás, eu passo em Bagé. Eu tenho estância em Dom Pedrito e, normalmente, a cada mês, eu vou lá fora. Meu sócio em Dom Pedrito hospedou o Deputado Paulo Pimenta na época em que se abriu a colheita do arroz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É. Foi.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Estive lá...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É o Comin? É sócio dele?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É. O Comin é o meu sócio.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Estive lá em Dom Pedrito também na colheita do arroz.



O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Ah, o senhor eu não vi. Pena.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Estive lá quando Severino deu a descrição de cada um lá. (*Risos.*)

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Essa... (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É. Ficou ruim só para o Mainardi. A descrição do Mainardi é que ficou ruim. Misturou as coisas. (*Risos.*)

Mas essas suas armas que foram presas junto com as armas do Beleza,...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É uma, é uma...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... o senhor já as recuperou?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não, não. Só fui chamado na Polícia Federal, expliquei que elas eram minhas, entreguei o registro, entreguei a licença de tráfego, expliquei a razão. Tudo isso. Só isso. "*O que é que as armas estão fazendo lá?*" Isso, estão fazendo isso. "*São suas?*" São minhas. "*São?*" Sim, senhor. Estão registradas, têm a guia de tráfego e eu sou um sujeito que vou lá para tratar do tiro, exclusivamente. É uma carabina 22, que tem um cano dessa grossura, é uma BRNO M3, o senhor vê que aquilo não serve para nada, a não ser para atirar ao alvo; e uma pistola de tiro rápido, que é uma pistola 22 curta, que é uma balinha deste tamanho, que é uma arma essencialmente esportiva, não é?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está. Essas armas o senhor não recuperou mais Você sabe que estão na Polícia?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Bom. Um belo dia eu vou recuperar, não é?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor fez alguma ação, tomou alguma atitude...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não, não tomei porque, em seguida que prenderam as armas dele, chamaram-me à Polícia, porque as armas estavam lá e eles acharam o registro, acho, não sei o quê. "*O que as armas estavam fazendo lá?*" E eu fui lá e expliquei: estão fazendo isso. Acontece isso, não estou, não fiz nada demais. Exclusivamente deixei uma arma que eu tinha licença para transportar e ia voltar uma semana depois. Nesse meio tempo, prenderam o Beleza. Aliás, eu não sei por que, não é? Porque, até hoje, não consegui conceber o Beleza como um contraventor perigoso. Posso conceber como relaxado, mas como contraventor perigoso, não. (*Risos.*)



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o senhor não tentou recuperar as armas? Não fez nem..., não contratou advogado, enfim, não...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não. Não contratei nada, porque mais hora menos hora isso vai resolver e as armas vão me ser devolvidas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. O senhor tem documento delas?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Tenho. Tenho não, está anexado no processo: guia de tráfico, registro da arma, possibilidade de andar lá, tudo direitinho. Eu não saio com uma arma a não ser que ela tenha guia de trânsito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quando o senhor participou lá dessa promoção do Beleza, dessa questão do festival de tiro...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Fui participar porque sou Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Prático. Fui lá para entregar o diploma para o general Ronald, numa festa no círculo militar, quando ele abandonou o comando, em Bagé.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Esse festival a que o senhor se refere era em uma área militar?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Era não somente no clube bageense de caça e tiro — tinha provas lá —, e tinha provas também no círculo militar, onde se fez prova de saque rápido, prova de 4 x 20, das quais participei. Quer dizer, foi um movimento de tiro em Bagé. Como estou interessado em difundir o tiro... Sou atirador antigo e trabalho nesse sentido, para entusiasmar o negócio. Fui lá e participei.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. O Beleza também participou do...?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Participou.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Atirou também?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Beleza atira bem. Não tão bem quanto ele acha, mas atira bem. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Esse daí é “mui amigo” do Beleza.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Deputado Pompeo, permita-me fazer uma pergunta...



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - ... ao Presidente do Tiro 4. Sabemos que há um grande número de munições — importadas, munições fabricadas no Brasil — que são adquiridas legalmente para utilização, e os clubes têm absoluto controle e rigor de parte do Exército dessas munições.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Tem.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas me parece que o que não é possível controlar é o mercado entre atiradores.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, o mercado entre atiradores... Se eu quiser vender uma pistola minha, que está dentro da minha coleção, eu sou obrigado a me dirigir ao SFPC e pedir licença para o SFPC para vender essa arma. Se a arma for uma arma de calibre permitido, o Pacheco pode me dar essa licença. Se a arma for uma arma de calibre proibido, essa licença é dada em Brasília. De posse dessa licença, então eu efetuo o negócio e digo para quem vendi a arma e como é que é vendida e a arma entra no acervo desse atirador. Quer dizer, a arma jamais é abandonada ao léu.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sim, isto na arma está absolutamente...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Está absolutamente...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - ... controlado. E nas munições?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - As munições, os atiradores normalmente não pedem quantidades extraordinárias. Pedem pouca munição. Munição é caro, não é? O atirador pede a munição que ele precisa para atirar normalmente. Se houver um pedido extraordinário de munição, ele não passa nem no Tiro 4 e, se cair na federação, o Dr. Duarte também não encaminha. Quer dizer, nós vendemos munição... Nós intermediamos a venda de munição para esporte. Fora do esporte, não, tanto que nós não compramos uma série de munições. Não se compra munição Magnum, não se compra munição ponta oca, não se compra uma série de coisas. O cara, para pedir uma munição no Tiro 4, tem que ser uma munição para esporte, senão não vai levar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas o maior controle que a sociedade tem é, efetivamente, no atirador, porque...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - É.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - ... se eu quiser, amanhã, me inscrever no seu clube, não vai ser com carteiraço e tampouco com generosidade do presidente.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, pode ter certeza de que não. Mesmo porque, se eu fizer isso, vou deixar de ser presidente do clube ligeiro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eu vou...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - O senhor nos daria muito prazer de ser sócio, por sinal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Mas eu... Eu gostaria que se esclarecesse quais são os procedimentos rigorosos que nós antevemos, que nós suspeitamos, aliás, temos certeza, que existem para o acesso a um clube, para que efetivamente o clube fique resguardado. Porque qualquer suspeita que houver sobre um atirador acaba...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Claro...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - ... efetivamente atingindo todo mundo.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Respinga em todos. Respinga em todos, não há dúvida. Bom, primeiro: o sujeito chegou ao clube e quer ser sócio. A proposta dele é assinada por 2 sócios do clube. Aí ele vira sócio do clube. Uma vez sócio do clube, ele vai fazer um curso de tiro no clube e vai ser encaminhado, após o curso, o seu pedido de filiação. A federação competente, se for tiro prático; se for tiro olímpico, a federação de tiro olímpico. E a federação de tiro esportivo. Após esses registros, é encaminhado o pedido dele de filiação à confederação ou de tiro esportivo ou de tiro prático. Aí ele passa a ser uma entidade de fato que ele pode pedir para comprar arma e pode pedir para comprar munição. Se ele não se submeter a isso, ele não compra, ninguém vende para ele.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Quer dizer, jamais um delinqüente teria acesso ao clube?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Não, se aparecer um sujeito com más intenções no clube, nós somos os primeiros a escoimar do nosso ambiente. Qual é o interesse que nós temos com isso? Um delinqüente comprar alguma coisa no clube, na federação, não consegue de jeito nenhum, pode ter certeza.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Perfeitamente. Não sei se o Deputado Pompeo de Mattos tem mais perguntas. Se não, poderemos passar para o próximo depoente, na condição de testemunha, vir responder nessa linha, por exemplo: quantos atiradores tem no Rio Grande do Sul? Acho que essa pergunta poderíamos transferir para o Presidente da Federação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu só queria fazer uma afirmação, porque assim o Deputado Pimenta, lá em Brasília, nós fizemos uma série de questionamentos ao Beleza, tanto que foi um depoimento longo, extenso. Enfim, as explicações que ele dá, às vezes, não convencem e algumas explicações não têm muito sentido, até porque algumas não tem como explicar a forma como ele adquiriu, digamos, a munição. Mas eu quero aqui confessar que a impressão que eu tenho do Beleza é exatamente isso, que ele...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Que ele veio ao mundo a passeio?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Que ele leva a coisa muito na esportiva, bem no jeito. Só que se trata de arma, de munição, uma coisa muito mais complexa. Tenho bem a impressão, pelo menos é isso o que colhi, ao ouvir o depoimento dele. Não me lembro de conhecê-lo antes — ele até disse que teria me encontrado uma vez, me encontrou uma vez num restaurante, me cumprimentou, mas eu não me recordo. Mas a verdade é que acho que ele leva a coisa muito fácil, muito alegre, muito faceiro, muito na esportiva, muito na boa. Essa é a impressão que eu tive dele. Aliás, disse isso pra ele lá na CPI, e isso está registrado, não é, Deputado Moroni Torgan? Essa é a impressão que eu tive, embora os colegas tenham ficado assim quase todos com o pé atrás com ele por conta desse volume de munição. Eu tive essa impressão dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou na verdade, corroborar as impressões quando vierem as quebras de sigilo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, aí o Deputado Moroni pediu a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico, enfim, para checar. Eu tive essa leitura preliminar, e coincidentemente o senhor está tendo essa leitura também. Obviamente, a CPI vai pagar para ver essa impressão que o senhor tem, a impressão que eu tive; obviamente nós vamos conferir. Mas o Beleza arrumou sarna para se coçar.



O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Arrumou porque é um relaxado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas espero que seja o relaxamento o problema. O problema é que o relaxamento num sentido amplo favorece muito o crime organizado também. Quando as autoridades relaxam, o crime organizado fica feliz pra caramba. Porque, por exemplo, o que ele faz com munição ponto 30?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Ponto 30?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Olha, o Exército, há questão de dois anos, vendeu carabina ponto 30. Porque a carabina ponto 30, a M1.30 é uma arma obsoleta já, é uma arma para coleção. Eu comprei uma, tenho uma lá em casa. A 50 metros, de mão livre, atiro muito melhor com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O seu está registrado?

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Está registrado, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, o dele não tem nada registrado, quer dizer...

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Relaxado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É um negócio muito complicado.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Os maiores interessados em que as coisas do esporte apareçam somos nós. Os maiores interessados em que a sua Comissão tenha um bom andamento, somos nós. Ainda mais depois da declaração que ouvi do senhor de que não é o cidadão, isso é uma boa. Não é candidato aqui, senão teria o nosso voto, que por enquanto é do Deputado Appio. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado. O meu eleitorado está muito longe. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Aqui tem dois, e que querem, não só querem, estão fazendo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É verdade, tem vários gaúchos da Comissão que estão trabalhando também.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Estamos fazendo a mesma coisa, porque nós temos uma briga até, na CPI não tem essa briga, mas temos



divergência de opinião sobre a questão do estatuto do desarmamento. Eu uso a expressão de que se está tentando desarmar o cidadão e armar o ladrão. Por isso fiz questão de estar na CPI. Quando o Deputado Moroni Torgan levantou o tema, a tese, S.Exa. me chamou, porque sabe, pois atuamos juntos em CPIs e fazemos boas parcerias no sentido de enfrentamento dos bandidos. Eu disse: "*Estou lá contigo.*" Se tenho uma crítica ao estatuto, tenho o dever de estar aqui, porque esta é a CPI para desarmar o ladrão, o bandido, o assaltante, o traficante, o crime organizado. Nessa altura estamos tipo um galo torto, que é uma expressão que usamos nas missões. O galo torto é aquele galo que esteve numa rinha, e furaram o olho dele. Com um olho só ele fica muito desconfiado, afinal lhe furaram um olho, então ele tem de cuidar do que sobra. Nessa questão do crime organizado estamos desconfiando de todo mundo. Enxergamos um arsenal de armas, tantas mil munições, quer dizer, cresce, salta aos olhos: como pode uma pessoa ter tanta? A primeira impressão: dois médicos, pessoas bem relacionadas na sociedade, em Santa Cruz, enfim, o senhor ouviu aqui toda a referência. Mas daqui a pouco, esses dois médicos, com esse arsenal não vão depor na polícia, não vêm depor na CPI, têm um grande patrimônio; daqui a pouco a arma já estava no porta-mala envolvida em cobertor, já há um monte de assalto com aquele tipo de arma ali por perto; daqui a pouco está ligado a um táxi aéreo, a um avião no outro Estado. Enfim, as coisas vão se encaixando e se montando. Quer dizer, temos aqui o dever de perguntar, e muitas vezes, perguntar para saber, ou pela desconfiança que temos, ou, pela certeza que temos da pergunta que fazemos, a resposta que queremos.

Então, esta é a razão de estarmos aqui trabalhando; sempre que surgir um fato é nosso dever ir lá pagar para ver. Estamos como São Tomé, queremos ver para crer; vendo, vamos clarear. Por isso que o Deputado Moroni quebrou o sigilo: para ver; quer ver para crer.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Fez muito bem. Estamos altamente entusiasmados para ver o desempenho dos senhores. Tomara que consigam equacionar esse negócio. Acho que o Deputado Appio tem toda a razão. Um caminhoneiro numa noite, com pneu furado, na estrada, de mão abanando, deve estar numa situação muito ruim; a mesma que eu me sentiria na estrada de Dom Pedrito, de noite, sem arma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Francisco Appio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Requeiro, Sr. Presidente, nesse espaço eleitoral gratuito, isonomia com o tempo concedido ao Deputado Pompeo. *(Risos.)* Quero fazer meu discurso também!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não. Quero cumprimentar o Deputado Pompeo de Mattos, que tem uma longa história, aliás, não é preciso enfatizar isso aqui no Rio Grande do Sul. Foi a meu pedido até, quando Pompeo de Mattos foi a Câmara Federal, pedi a S.Exa. que me ajudasse nessa guerra contra os assaltantes de caminhoneiros. É preciso dizer e registrar. Peço que registrem em ata novamente, porque somos todos aprendizes, estamos todos aprendendo. Quero aprender com os clubes — provavelmente existe alguma falha que precisamos corrigir. Há falhas em todos os setores, porque não foi o crime que se organizou, foi a sociedade que se desorganizou. Então, precisamos conhecer todos os mecanismos porque eventualmente — vimos ontem na Taurus — pode existir alguma coisa que possamos acrescentar para inibir e criar dificuldade. Veja bem, o que quero registrar em ata: há 18 anos, os caminhoneiros não eram assaltados. O Moroni tem sua família no Rio Grande. V.Exa. é gaúcho, Deputado Moroni Torgan? É gaúcho. Eles dormiam com a cabine aberta, colocavam até os pés para fora, faziam a sua comida ali na gaveta — como eles chamam — do caminhão; tinham um facão para cortar uma lenha, fazer o fogo, aquecer. A partir do instante em que começaram a tirar as armas deles: o facão que era utilizado para cortar lenha, a faca para descascar a laranja, o revolver com porte de arma estadual, que a Polícia Rodoviária não aceitava fora do Rio Grande do Sul, a partir do instante que o bandido suspeitou que estavam tirando a proteção, o direito de defesa do caminhoneiro, começaram os assaltos. Não é coincidência, mas é o fato verdadeiro e concreto. Quando a bandidagem teve certeza de que o caminhoneiro estava desarmado, como tem hoje, aí os assaltos aumentaram extraordinariamente.

Encaminho essa questão porque, neste instante, o bandido teme que o Pompeo esteja armado, que tenha porte de arma, ele teme que o Moroni tenha proteção armada. Mas no instante em que ele tiver a certeza de que o Pompeo não



tem arma, ele não vai precisar de revolver, de fuzil, de metralhadora, para assaltar, com uma faca qualquer ele vai assediar. Esse é o quadro geral que poderemos ter no País.

Por essa razão, não foi o crime que se organizou, foi a sociedade que se desorganizou. Então, convém organizarmos a sociedade. E não é desarmando o cidadão que nós vamos organizar a sociedade. Eu não prego aqui que vamos armar todo o mundo contra a bandidagem, não, mas prego que coloquemos um freio nesses ataques, nessa violência.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Moroni vai querer réplica.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu quero só explicar tanto aos do tiro prático quanto da Federação, que eu, quando fui Secretário de Segurança, nós prendemos uma pessoa que se dizia também praticante de tiro. E ela tinha como o Beleza, um arsenal dentro de casa. Só que nós prendemos a quadrilha que assaltava com as armas dele na mão. Inclusive, provamos isso. Se não me engano, na arma do quadrilheiro tinha uma digital dele. Quer dizer, ficava difícil dizer que a arma não era dele. Então, foi uma prova, assim, incontestável. Infelizmente, na hora que se prendeu todo o armamento, ele disse: "*Não, eu sou praticante.*" E era mesmo. Mas, infelizmente, usava isso para dar cobertura, para dar fachada a uma atividade ilícita, que era justamente o fornecimento de armas a quadrilheiro. Os quadrilheiros que iam lá para o Ceará, Fortaleza, onde eu era o Secretário de Segurança, eles se abasteciam justamente nesse cara. Eles não precisavam andar com arma, eles chegavam lá, alugavam as armas dele e faziam os assaltos e tudo o mais. Quando prendemos a quadrilha tal, eles disseram: "*Não, pegamos a arma do fulano.*" Aí foi onde se chegou.

Por isso que, muitas vezes, a gente tem razão. Claro que em toda a atividade... Tem policiais corruptos. Eu sou delegado federal de profissão, e tem, infelizmente, policiais que são corruptos, como tem gente do Judiciário que se corrompe, do Ministério Público que se corrompe, como tem Deputados que se corrompem, como tem aí militares que, infelizmente, se...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Que o diga o Hildebrando Pascoal, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Militares que se corrompem. Quer dizer, infelizmente, em todas as áreas, nós temos gente que se corrompe, é ruim e usa uma fachada para isso. Eu costumo dizer que eu não vou chamar de colega alguém que passou para o lado dos bandidos. Quem passou para o lado dos bandidos não é mais meu colega, não está mais do meu lado. Eu não tenho o mínimo problema de botar um cara desse na cadeia. Porque, muitas vezes — inclusive nas outras CPIs que eu coordenei —, diziam: “*Não, ele é cassador de colega*”. Eu digo: “*Só se for de vocês, porque eu casso justamente o contrário, aquele que passou para o lado dos bandidos. Os colegas, eu quero preservar*”. Então, esse é o pensamento. Eu acho que, só para ter uma explicação do porquê a gente se preocupa quando vê uma coisa nesse nível.

Mas eu agradeço ao Dr. Edson Garrastazu. V.Sa. tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. EDSON GARRASTAZU ALMEIDA - Deputado, esta sua CPI tem de nossa parte todo o apoio que o senhor quiser. Pergunte, a gente lhe responde. A melhor coisa que ouvi o senhor dizer foi, ontem de noite, no programa do Lasier: “*O mal do Brasil é a impunidade do bandido*”. Bandido é bandido, cidadão é cidadão, no mundo e aqui também. Bandido tem que ir para a cadeia. Esse negócio de bandido ser assistido, de ser tratado como se fosse, exclusivamente, um problema social é uma fantasia do assunto. Bandido é bandido, cidadão é cidadão. Muito obrigado pela atenção que os senhores tiveram comigo. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Dr. Edson.

Desde já, convido o Dr. José Carlos Duarte para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Bom, quero, em primeiro lugar, agradecer a presença a V.Sa., que já sabe mais ou menos os assuntos. Eu acho que não vão discrepar muito daquilo que V.Sa. ouviu até agora. E o senhor, Dr. José Carlos Duarte, pode nos fazer uma explanação inicial. O senhor tem o tempo necessário para isso. E passo a palavra a V.Sa.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Em primeiro lugar, muito obrigado pela atenção. Se eu não conseguir responder mais é porque não sei. Então... A pergunta que foi feita, que diz diretamente com a Federação, pelo Deputado Pimenta, a respeito dos associados dos clubes e da importação que o Beleza disse que a



Federação fazia. Bom, esse é um assunto curtinho. A Federação não importa nem alfinete. Na minha gestão, que é de 2000 até o final desse ano, não importei nada, nada, nada, nada, já para não me incomodar. Então, não tem, nesse ponto eu não posso ajudar em nada porque não importa. A outra coisa que eu posso dizer a respeito da munição de fuzil, é que o pessoal de fuzil, eu tenho um grupo que atira fuzil; agora, o pessoal do fuzil, quando precisa, eles mesmos se reúnem e importam legalmente pontas, porque lamentavelmente a ponta da CBC não serve para o tiro de precisão que eles fazem. Então, essa importação é fácil de ver porque está deferida pelo Exército, e estão dentro dos arquivos todos esses dados a respeito dessa munição. Ninguém fica dando ponta de 762 nem ponta de outro fuzil qualquer, 243, porque é uma coisa cara. É caro e o que eles precisam, inclusive parece que usam é uma ponta grafitada, que é muito cara. Então, ninguém dá nada para ninguém. A não ser eventualmente, se dê, na falta eventual de alguma coisa, se dê ali 20 tiros, e olhe lá. Isso aí é um toma-lá-dá-cá. É só isso. A respeito desse assunto é só isso que eu tenho. Não tenho mais não. Pode perguntar que eu tento responder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse cartucho 762 é usado para quê?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - O 762, por nós?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É 762.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Nada, para nós, nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse 762 finlandês?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não, não. Para o tiro prático, nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas que tipo de arma utiliza esse cartucho? Fuzil?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Que tipo de fuzil?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - O 6 PPC, que é um fuzil novo, mas muito preciso, o 243, o 308, 308.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todos utilizam esse tipo de munição?



O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Sim, sim. E essa ponta militar, esse cartucho militar, esse cartucho importado, ninguém usa. O 308 é o mesmo 762, mas não, ninguém atira com munição finlandesa, nem tcheca, nem americana, nem nada. Cada um carrega a sua munição. Os atiradores de rifle recarregam a sua munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quer dizer então que, a rigor, pelo menos a maior parte dessa munição que o Beleza tem não teria...

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não vou lhe... Esse eu não posso esclarecer nada, a não ser o que eventualmente se ouve, que ele teria recebido essa munição de um coronel que morreu em Bagé e teria dado para ele guardar ou coisa assim. Fora disso, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sobre a questão da... Eu quero entender uma coisa que para mim não ficou bem... Eu vou lá e me associo a um clube de tiro, sou sócio da federação; aí na minha ficha vem a arma que eu tenho?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Existe um mapa de armas. A pessoa só pode ter registrado no SFPC se ela tiver tudo regularizado para tirar o CR de atirador. Então, dentro do contexto do CR de atirador, está o mapa de armas que...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No caso, a pessoa, eu vou atirar lá, eu tenho controle de que eu estou atirando com aquela arma, que é a minha arma registrada.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Sim, sim. Só para exemplificar, houve um caso num clube, que o atirador estava atirando com uma 9 milímetros, o presidente do clube me consultou e eu fiz uma circular dizendo que os presidentes de clube eram responsáveis pelo tiro com arma não qualificada. Imediatamente se cortou aquele atirador, se vai embora, não se apreende arma porque não é nossa função, mas ele foi embora com a arma dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São 44 clubes de tiro que são filiados à Federação.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - À Federação. Existem mais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem muitos não filiados?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Olha, eu não sei lhe dizer. Tem mais, que eu sei que tem mais que não são filiados. Mas os clubes de tiro passam por uma situação tão ruim, hoje, que os 170 reais que eu cobro para filiação, por ano, às



vezes é difícil, às vezes é difícil para eles, assim como 140 reais por ano, para o atirador, às vezes fica difícil também, porque ele quer comprar é insumos de recarga e não pagar a Federação nem a Confederação. E a Confederação, hoje, a Confederação, se não pagar num ano, no outro ela cobra o ano passado e o ano atual. Então, fica difícil, porque aí ficam 320 reais da Confederação, mais 140 da federação, e aí começa a ficar difícil para o atirador.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu, no início desse trabalho nosso, confesso até que não tinha percebido como essa questão da munição é importante. Porque um criminoso, alguém que tenha interesse em ter uma arma com o fim de cometer algum tipo de delito com ela, uma vez ele consegue a arma, só que a munição ele vai ter que ter a regularidade no fornecimento, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pela experiência de vocês, aonde é que vocês acham que está, para usar a expressão, o furo da bala. Quer dizer, aonde é que está o caminho, esta barbada que é para os bandidos terem bala, munição?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Olha, tanto quanto eu, o Deputado Moroni sabe que o Paraguai é um grande fornecedor de armamento e munição. Isso todo mundo sabe. Há pouco, saiu, acho até que foi pela CPI aqui foi inquirido em São Paulo um delegado lá que disse — do Rio de Janeiro, aliás, que disse — que de 3 em 3 dias ele apreende 2 fuzis, uma coisa assim, não foi? Isso não sai daqui para São Paulo; isso sai do meio do caminho para São Paulo. Não vou dizer que aqui no Uruguai e na Argentina não tenha uma casa ou outra. Agora, o grande fornecedor da ilegalidade aqui é o Paraguai, é o Paraguai.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mesmo para as armas que são encontradas na mão de delinqüentes aqui no Estado, o senhor avalia que a maioria vem de lá do Paraguai.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Eu acho que sim, quando não são roubados do Exército, da Aeronáutica e da Polícia, elas vêm...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a munição também.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - A munição também, a munição também. A munição, em clube de tiro, é como eu lhe disse, quando muito vamos rechutar uma pista, não pôs munição suficiente, eu já atirei, nem todo mundo tem uma pontaria perfeita, não é? Então, aonde um acerta com 2 tiros o outro precisa de 6, então



termina, vai rechutar uma pista e não tem, aí o colega, se tem ali, não vai precisar, cede para ele atirar aquela pista. Fora isso, não. Fora isso, não. Pode acontecer, como o doutor...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Quer dizer que essa estória de que a gente compra e vende munição em campeonatos da Federação...

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não, não, não. Aí é outra coisa.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não, não, de um e de outro, assim, que um venda para outro, vamos dizer, 2 mil tiros.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Isso aí não existe.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não, ainda mais 2 mil tiros, não. Quem tem... O atirador, quando tem munição, ele dá graças a Deus, pôde comprar e pode estocar um pouco para alguma prova. Nós, no Tiro 4, ao qual sou associado também, nós fazemos provas quartas, sábados e domingos. Então, nós precisamos de munição de 38, de 45, de 40, de 22. A munição que mais se tem é de 22, é a munição que mais se tem, é a mais barata e a mais fácil de conseguir, porque a CBC importou uma época, aquela (*ininteligível*) se comprou alguma quantidade e tal, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Relator me permite? É porque a idéia que ficou na gente, quando ouvimos o Beleza, é que as competições eram...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um verdadeiro mercado, e que as pessoas faziam o que bem entendiam. E ao contrário do que... Disse que era muito fácil comprar no Uruguai; que o Uruguai, inclusive, vende sem nota a munição, sem problema nenhum, e boa parte da fronteira uruguaia, tanto...

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - O Uruguai tem uma casa conhecida da Polícia, conhecida do povo em geral, que se sabe que vem munição de lá, armamento e coisa. Eu não sei nem o nome do rapaz, mas é esse que o delegado citou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Lá em Ribeira.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - É. Quer dizer, então, isso aí, as que agora, o Paraguai, eu já não sei nenhuma, mas sei que vem coisa de lá.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estive no Uruguai, semana retrasada, e não só nos estabelecimentos específicos que trabalham com arma, mas em várias lojas comerciais, eu solicitei, a título de curiosidade, até para preparar a vinda da Comissão ao Estado. E três ou quatro lojas — uma, duas, três —, quatro lojas que eu visitei, solicitei material de caça e aí pedi munição, e podia comprar sem sequer apresentação de documento. A caixa de cartucho de 12, com 25 cartuchos, era possível comprar por 20 reais, sem apresentação de nota e sem nada, à vontade.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - É isso que dói aqui, não é? Isso aqui dói, nós pagamos bem mais caro por isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dói? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - É isso dói.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dói o bolso.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Dói, dói de montão. O que pode acontecer, como já foi dito aqui, é o seguinte: quando há a competição de âmbito nacional e internacional, a Confederação compra algumas munições da CBC e cede para os atiradores registrados e tem uma gama de documentos que precisam ser apresentados para se adquirir essa munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero dizer que eu estou bastante satisfeito com as explicações que vocês nos apresentaram e acho que, de fato, vamos ter que reouvir o nosso amigo Beleza, até porque ele pôs... Tomamos conhecimento de que foram apreendidas várias caixas lacradas de munição do Exército junto com Beleza. E as explicações que ele nos apresentou de que seria nos clubes de tiro a origem da munição apreendida nos parece bastante inconsistente.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não. Clube de tiro, e principalmente a Federação da qual eu sou presidente não importou coisa nenhuma; não importou coisa nenhuma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele, já falei, eu vou repetir: 2 pistolas Glock que foram apreendidas com ele, que eram mais novas, ele sustentou que havia comprado também em clubes de tiro. Então, eu acho, Presidente, que não vai haver outra medida a ser adotada a não ser ouvir de novo, até porque as



informações que vocês nos prestaram foram muito... duas, uma pistola Glock 9 milímetros AT. Não sei qual é, a Glock o que ela é? A origem dela?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Austríaca.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Austríaca?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Duas pistolas Glock austríacas. Pistola 9 milímetros finlandesa, duas.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Nem usamos no tiro isso aí.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma outra belga, uma argentina, duas Beretta italianas 9 milímetros, mais uma Sig Sauer 9 milímetros, creio que dinarmaguesa.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Nove milímetros, hoje, para o atirador é lepra, não dá nem para chegar perto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais duas 9 milímetros Mitti Edson, mais uma 9 milímetros Springfield e a outra espanhola Star, tem bastante 9 milímetros.

Da minha parte é isso, Sr. Presidente. Da minha parte é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu queria só... Pelo que eu vi, na legalidade de tudo o que acontece, tudo tem cobertura. Os atiradores são registrados como atiradores. Se passar o número de armas, eles se registram como colecionadores, coisa que não foi feita, coisa que não foi feita justamente no caso do Beleza. E o caso do Beleza — depois eu vou perguntar para o capitão? — ,ele tinha inclusive munição do Exército, se não me engano, caixa do Exército.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Pois é, essa munição é que parece que é oriunda de um coronel que eu estou querendo lembrar o nome e não consigo agora, que era amigo dele, que morreu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que morreu.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - E deixou com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É. Parece que tudo o que tinha de errado, as Glock, a munição, tudo ficou com o coronel que morreu. Foi muito conveniente. (*Risos.*) O coronel que morreu é que fez. Coitada da imagem do coronel que morreu, vai ficar...

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - E ele era atirador também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele não pode se defender, o pior é isso. Mas se o coronel desviou a munição do Exército para isso, está complicado também. Eu vou depois saber, mas acho que não pode fazer isso.

Agora, todos que participam de competições têm que ter esse registro, têm que ter a legalidade?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - É obrigatório. Só no clube que não. O Exército, inclusive, agora, está dando certificado de guia de tráfico para... Tem como atirador, o cara, o pessoal do clube. E ele, o sujeito, pode ir lá, tirar guia, andar com arma da casa para o clube, não pode andar pelo Estado como o atirador pode, mas é só isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora me diga uma coisa: o atirador tem permissão de andar inclusive com munição?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só que essa munição...

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - É recarregada e é dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, não, mas eu digo, quando ele trafega com munição, ele precisa de uma autorização para trafegar, por exemplo, com 500 cartuchos?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Sim, uma guia de tráfico que vem com a arma que ele está levando e com a quantidade de munição que ele está levando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso tem que ter?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Tem que ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele não pode andar sem isso?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não. Se andar sem isso, pode ser apreendido o material dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode ser apreendido?

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso é para que algum bandido não diga: *"Eu sou atirador e por isso que estou com meu cartucho aqui no..."*

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não, não, não, não. Inclusive, tem que casar guia com identidade. e tal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É tudo direitinho nesse sentido.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não tem, não tem, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Eu agradeço, Presidente, pela sua colaboração. E vejo que não é tão fácil assim como disseram.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não é não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que possa usar esse tipo de atividade para uma cobertura criminosa.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fico feliz com isso. O senhor tem a palavra para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Eu só fico torcendo para que o espírito da CPI continue igual, e esse esforço de demonstrar que o atirador não é traficante de arma nem o colecionador. Isso aí nós esperamos até que se elucide rapidamente porque limpa a nossa barra. Quer dizer, não ficamos com essa nuvem em cima. Por isso eu lhes desejo toda a sorte possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Presidente. Eu só quero dizer que o senhor não se preocupe muito com isso, não, porque, na verdade, eu sou policial e quando tem um policial bandido não quer dizer que os outros sejam.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, se tiver um atirador que use isso de maneira indevida, esse vai ser bandido, não vai ser atirador, ele está usando...

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Está certo, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se está usando para armar quadrilha, para fazer assalto, para coisa parecida ou para vender munição para quadrilha ou coisa parecida, não se preocupe porque esse não vai mais ser atirador, esse vai ser bandido mesmo.

O SR. JOSÉ CARLOS DUARTE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, temos agora como convidado final, agora nessa parte da CPI, o Capitão Carlos Roberto Pacheco de



Melo, oficial responsável pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da III Região Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Capitão, o senhor já deve saber porque foi convidado. Nós temos uma preocupação grande nessas questões e queremos, com esse debate que nós vamos fazer... Teremos muitas perguntas, porque muitos fatos aconteceram desde então. Eu só quero que saiba que é no intuito de melhorar essa fiscalização, que eu acho que é uma grande arma que a sociedade tem para evitar que qualquer desvio da legalidade aconteça. V.Sa. tem a palavra para fazer as suas considerações iniciais e depois, então, nós vamos conversar um pouco.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Federal Moroni Torgan, Exmo. Sr. Relator desta CPI, Deputado Federal (*pausa*) Paulo Pimenta — perdão —, autoridade presente, senhores e senhoras, eu fui transferido do Rio de Janeiro para cá — eu sou carioca —, há dois anos e dois meses, para assumir a Chefia do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados. Sou engenheiro mecânico de armamento do Instituto Militar de Engenharia. E com essa missão, numa mudança de legislação, num novo contexto social. Tenho zelado pela doutrina dada pelo nosso comandante, que o Exército brasileiro auxilia no que os demais órgãos solicitam. Então, eu tenho certeza que a gama de perguntas será ampla, porque acho que quase tudo passa pelo SFPC desde a Forja Taurus até os atiradores. Mas eu estarei à disposição dos senhores e de V.Exa. para poder tentar, na medida do possível, falar tudo o que nós vimos fazendo e tudo o que nós estamos fazendo dentro da nossa área de atribuição dada pelos senhores no ordenamento jurídico atual ao Exército brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Capitão. Eu teria algumas questões. Realmente, nós temos várias perguntas. Eu queria saber quais são, por exemplo: temos várias transportadoras credenciadas para fazer transporte de material controlado aqui ou esse número é ilimitado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, temos algumas. Em número concreto, se esta Comissão me permitir, eu posso enviar depois, que eu não sei o número, seria um fato, mas temos bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na Forja Taurus nos disseram que tem três credenciadas.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, quando a gente fala de produto controlado, a gente não limita arma e munição. Nós temos uma gama de produtos químicos elencados pelo Decreto nº 3.665 e qualquer empresa, para transportar produto controlado, ela tem que ser registrada no Exército brasileiro. Então, não se limita só a munição e a arma; nós temos os explosivos, nós temos os produtos químicos, ácido nítrico e outros mais. Então, nós temos elencados aqueles produtos químicos que possam gerar alguma espécie de explosivo, no Decreto nº 3.665, que é o famoso R105. Então, qualquer empresa para transportar, ela tem que ser registrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. E qual é o efetivo que o senhor tem para fazer esse controle, vamos dizer aqui, na área da região, já que é da III Região? A III Região é só o Rio Grande do Sul?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É. A III Região, fisicamente, compreende todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Rio Grande do Sul.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é o efetivo que o senhor tem para fazer esse controle?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, existe uma rede fiscalização de produtos controlados. Essa rede de fiscalização, ela compreende as OMs do Exército brasileiro situados na III Região Militar. Então, as OMs, nas guarnições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - OM? OM é o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Organizações Militares. As OMs dentro dessa, elas fazem parte dessa rede de fiscalização, ou seja, não se limitam apenas à III Região Militar, o comando que fica aqui sediado em Porto Alegre. Nós temos diversas redes. E nessas OMs, nesses fiscais militares que a gente chama de SFPC Guarnição, cabe a fiscalização preliminar, a verificação antecipada ou preventiva do fato. Então, quando alguma coisa sobe de gravidade, aí sim alguma coisa que seja mais reservada vai competir ao SFPC Região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tem um bom número.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Um bom número dentro de uma distribuição bem feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantas organizações militares têm aqui no Rio Grande do Sul?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - No total? No total são 116 OMs, mas não são todas as OMs que fazem, integram a rede de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que é, a metade inteira?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Mais ou menos um terço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais ou menos um terço que integra a rede de fiscalização.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É, porque a rede de fiscalização, ela é feita em cima da área de competência da guarnição. A OM naquela guarnição "x", nos diversos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como é feita essa fiscalização, Capitão?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, no aspecto de uma pessoa jurídica, por exemplo, se o senhor gostaria de abrir uma loja de arma no Exército brasileiro, que precisa de um certificado de registro, o senhor solicita uma vistoria prévia. A gente verifica se há condições de armazenamento, condições de estocagem. No caso de uma arma, se for um produto químico, quem é o responsável químico dentro da... Se for uma pedreira, uma exploração mineral, autorização do Departamento Nacional de Produtos Minerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O depósito de arma tem alguma característica de segurança, alguma coisa assim?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para ter um depósito, por exemplo, o que eu tenho de ter de segurança.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Para ter um depósito, nós temos que ter a segurança. A vigilância é obrigatória, o monitoramento é obrigatório. Não se pode ter um depósito de arma de uma quantidade xis sem isso. Agora, no caso da loja de arma, pela legislação atual, apenas o cofre fechado e as imediações têm de ser de difícil acesso e tem de ter um alarme para poder acionar imediatamente. Não precisa ter um vigilante em cada loja de arma.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No caso de depósito, aí, precisaria?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso. Sim, senhor. É óbvio que a gente vê a quantidade de arma que a pessoa vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí, o Exército vai lá e faz a vistoria. Qual é a rotineira fiscalização que existe?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Esse certificado de registro, após concedido, ele tem validade para a pessoa jurídica, hoje, atualmente, de 2 anos, e para a pessoa física de 1 ano. Então, quando nós damos o certificado de registro, nós fazemos 2 tipos de conduta aqui na 3ª Região Militar: o primeiro é a vistoria agendada, que é o interessado. *"Eu quero revalidar meu CR, capitão."* *"Vá lá na CFC, guarnição ou na região, e agenda a vistoria."* Nós temos as famosas inopinadas, que é entrar na empresa da pessoa jurídica e faz a fiscalização em si. E essa fiscalização, aí, sim, tanto a opinada quanto a inopinada, achando irregularidades, lavrado o auto de infração, imediatamente, é aberto o processo administrativo. Como muitos produtos controlados têm cunho penal, os senhores sabem disso, aí, a gente manda a autoridade policial, a Polícia Judiciária, no caso, ou a Polícia Federal ou a Polícia Civil, para tomarem as providências que julguem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quais são as penalidades administrativas?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, existe uma lei, de dezembro de 2003, foi a última lei de dezembro de 2003, onde tem, lá, elencadas as multas. E vai desde advertência até cassação do Certificado de Registro, além das multas previstas, que é a multa simples, simples máxima, mínima e multa pré-interditória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor viu aquele caso do caminhão com o fundo falso...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Nós participamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que, inclusive, teve a participação do Exército também. Aquele caminhão tinha autorização para transporte do Exército?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tinha?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Vou explicar para o senhor como é que nós fazemos para uma transportadora. Para a transportadora ser registrada, todos os caminhões têm de estar apostilados, porque o caminhão faz parte daquela atividade. Não é porque a empresa do Sr. Fulano tem um Certificado de Registro que ele pode pegar um Gol e colocar um explosivo ali dentro e andar com o explosivo. O veículo faz parte do apostilamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E veja, aquele caminhão ia levar daqui até o Nordeste, quer dizer, um trajeto sem controle, sem GPS, sem coisa nenhuma. Ontem, alguns funcionários da Rossi me disseram que ele teria autorização de transporte do Exército. Eu achei, assim, um tanto quanto relevante. Eu disse: *"Olha, se tem, alguém no Exército, se omitiu de fiscalizar."*

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, com certeza, aquele caminhão não tinha autorização?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Aquele caminhão, não, porque o caminhão sofre uma vistoria preliminar. Eu falo no âmbito da III Região Militar, porque o Certificado de Registro do Exército é único. Então, se ele tem de ser registrado, por exemplo, em Recife, como é de lá, lá tem de fazer vistoria no caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente o que eu pensava. E isso não aconteceu e nem aquela... Por exemplo, um proprietário de uma casa de arma, é como o senhor disse, não pode vir aqui e pegar as armas, botar no carro dele e levar para lá?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem de fazer isso numa transportadora autorizada pelo Exército.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ou ele pode se credenciar como transportador, porque a atividade dele também pode ser o transporte disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ao se credenciar como transportadora, ele tem de sofrer a vistoria?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esse caso, ele era credenciado como transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Até o momento, nós estamos fazendo o processo administrativo contra a empresa autuada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas não era credenciad?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Veja que, aí, veio um problema sério, que eu até hoje vi em empresas pequenas. Isso aconteceu, até achava normal. Por exemplo, aquele mesmo caminhão já foi várias vezes na Rossi pegar material controlado e levou com a maior tranquilidade sem a Rossi se preocupar com essa autorização. Isso vai trazer um problema para ele. No caso desse caminhão, ele, apesar de ter as notas, no caso da...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Notas e guia de tráfico, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E guia de tráfico. Acho que tinha. Eu ainda não sei todos os detalhes.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Olha, eu não posso afirmar a esta CPI que há esse documento, porque nós estamos fazendo o processo administrativo em cima da empresa Brustolin & Brustolin, que foi autuada pela gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - À Brustolin & Brustolin eu ia chegar depois, mas acho que até o Relator vai falar sobre ela.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Na operação que nós fizemos junto com o Departamento de Polícia Federal, nosso caso administrativo, nós atuamos a empresa Brustolin & Brustolin, porque esse processo administrativo pode gerar outros. Findo esse processo, a gente pode abrir outros contra, responsabilizando outras empresas por que aconteceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Veja, no caso da Rossi, é inconcebível um negócio desses. A Rossi é uma empresa muito grande para não cumprir as normas e ficar por isso mesmo. Quer dizer, ela carregou material controlado — espoletas, no caso, e tal. E não foi uma vez. O próprio motorista do caminhão disse: *“Não, antes eu trabalhava com o tal de Zé Roberto e eu ia lá com o caminhão e levava quantidade de munição — porque a Rossi, no caso lá, era*



munição — e levava a quantidade que queria e tal. Não tinha problema nenhum. Até eu botava no fundo falso, que é para a gente não pagar nem o ICMS, porque eu não parava nas cancelas do ICM nos Estados”.

Quer dizer, isso é ridículo. É totalmente ridículo fazer um negócio desses. Quem é que diz que essa munição chegava até o Nordeste? Essa munição, provavelmente, chegava ali pelo meio do País e já era desviada, boa parte. Nós temos até indícios nesse sentido, de que pararia no meio do caminho.

Então, eu acredito que o processo administrativo contra a Rossi, com base nesse detalhe, já possa ser instaurado, porque, sem dúvida, a CPI vai buscar. Ontem, eu disse isso. Estavam lá os sócios da Rossi. Eu disse para eles: “*Olha, ou alguém no Exército vai ter que ser responsabilizado por dar uma autorização para um caminhão de fundo falso, ou então vocês terão de ser responsabilizados por fazer um carregamento num caminhão...*” Eu não digo nem de fundo falso, porque podem dizer: não, nós sabíamos que tinha fundo falso. Mas num caminhão totalmente irregular para esse tipo de carregamento. Quer dizer, a primeira coisa que a empresa tem de fazer é perguntar: cadê a sua autorização de transporte? Não é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Os senhores estiveram na Taurus e viram. O procedimento fabril ou de qualquer empresa... É obrigatório ela verificar tudo, toda a documentação da pessoa ou da empresa que está verificando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só, então, liberar.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Só, então, após aí, liberar. Tanto faz que ela seja uma empresa de grande porte ou de pequeno porte. Inclusive, quando a pessoa se registra no Exército, ela assina um termo de compromisso, se comprometendo. Uma das coisas é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Relator quer fazer algumas perguntas?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com certeza.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e dizer que tenho as melhores referências a respeito do seu trabalho à frente dessa tarefa do nosso Exército. Mas confesso ao senhor que estou com dificuldade para compreender algumas coisas.



Vamos pegar esse caso específico, primeiro, do episódio da Brustolin, da Rossi, do Sr. Antônio, o rei das armas.

Vem um caminhão de Pernambuco com fundo falso. Chega na Rossi para carregar espoletas e outros produtos. A rigor, esse material não poderia ter sido colocado naquele caminhão, na medida em que o caminhão não tinha autorização. Correto?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por mais que esse produto tivesse sido vendido com nota, aquele caminhão não tinha autorização para fazer o transporte dessa mercadoria.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Caberia à Rossi, no caso, não ter entregue a mercadoria? Quer dizer, a quem cabe essa questão?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Parece-me que a mercadoria foi entregue diretamente pelo Sr. Antônio... Sr. Paulo Schilling. Não sei se ele estaria cometendo dolo. Seria leviano afirmar isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Bom, mas, a rigor... Aí já reside, digamos assim, uma falha do sistema, numa ponta específica...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Administrativamente, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Administrativamente, sim.

Bom, aí o caminhão se desloca, vai à estação. Chega na estação e carrega uma quantidade significativa de munição. E posteriormente, numa barreira, é apreendido, não é? Essa munição que essa empresa Brustolin & Brustolin tinha era de conhecimento de vocês?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, nós fizemos a fiscalização na Brustolin & Brustolin e a empresa foi autuada por nós.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso antes ou depois do...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Na operação em conjunto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Na operação?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Na operação em conjunto.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Por depósito irregular, porque ela tinha um depósito que estava irregular. Isso foi até o motivo da lavratura do auto de prisão em flagrante do Leandro. Agora, quando a munição sai da fábrica e vai para uma empresa, existe um controle de estoque.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Onde?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Feito no SFPC que sai.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Qual é a impressão que me dá? Na fábrica, vocês têm um sistema em tempo real de controle.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - São só 6 fábricas. O revólver que é fabricado agora já está no sistema.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A partir do momento em que sai da fábrica — tanto a arma quanto a munição —, foi lá para o Brustolin & Brustolin. Como se dá o controle de estoque dele?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É obrigatório todas as empresas enviarem mapas mensais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mapas mensais.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso é informatizado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Algumas empresas, não. Algumas empresas, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É um sistema, digamos assim, bem mais rudimentar do que o sistema de controle da fabricação.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso, isso. O controle da fabricação é mais rígido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É mais rígido.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Mais rígido, não. Eu não diria rígido. Eu diria...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Porque o volume de estoque que o Brustolin tinha me parece ser um volume muito superior ao que seria, digamos assim, razoável para empresa daquela porte.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Excedia a quantidade dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Excedia.

Se vocês têm o controle do estoque dele, quanto que ele vendeu no mês, não teria como vocês saberem que aquela mercadoria estava estocada lá, com volume muito maior do que ele poderia ter?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Excelência, se tem uma empresa que comete um dolo. Ou seja, eu tenho uma quantidade de 100 mil para estocar; 100 mil munições. Vou dar um exemplo para o senhor. Se essa empresa tem 50 mil... Eu sei, pelo meu controle, que ela tem 50 mil na casa dela. Se ela vendeu... se ela comprou, nesse ínterim, 300 mil, quando eu bater o que sai da fábrica com a empresa, a gente vai implantar. Mas, imediatamente, ela cometeu dolo, porque ela sabe que não pode ter essa quantidade. A empresa cometeu dolo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu entendi...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - O processo administrativo é aberto *a posteriori* pelo dolo que ela cometeu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu entendi. Mas eu quero dizer o seguinte... Olha só, por exemplo, se nós perguntarmos para o senhor, hoje, quantas armas foram fabricadas no último mês, aqui no Rio Grande do Sul, o senhor tem condições de me responder.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora, se eu lhe perguntar quantas armas têm no estoque das lojas para serem comercializadas aqui no Estado, o senhor tem como me responder?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, sim. Tenho, através dos mapas mensais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Correto. Então, o Brustolin tem autorização para comprar 100 mil...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Eu não sei a quantidade específica.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou falando hipoteticamente. Cem mil projéteis por mês.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Certo.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E vendeu 50 mil. Então, ele está ficando com um estoque de 50 mil por mês, digamos. Passados 10 meses, ele tem 500 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, mas ele não pode ficar com estoque.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele não pode ficar com estoque?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ele tem de apresentar nesse mapa o que compra e o que vende, e para quem vendeu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele tem o limite máximo do que ele pode ficar?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, se ele pode ter 100 mil, vendeu 70 mil no mês, no outro mês ele só pode comprar 70 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E como é que ele tinha 2 milhões de...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Olha, ele pode ter cometido um dolo, uma informação errada. A gente faz as vistorias...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor acha que pode ter ocorrido uma informação errada no mapa?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, pode.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mesmo assim...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso está sendo apurado também no processo administrativo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas não tem a nota fiscal de venda?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. A empresa não manda. A empresa manda a declaração. Nós é que podemos fazer levantamento *a posteriori*.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A empresa só declara: vendi tantos mil. Não informa para quem?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Isso é até elencado no próprio Decreto nº 3.665. Existe um mapa de controle.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Mas a empresa, por exemplo, não informa para quem ela vendeu?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não. Munição, não. Só armas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Munição, não? Só armas?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Só armas, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, é possível que outras empresas também tenham estoques superiores ao que efetivamente elas poderiam ter.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. É por isso que nós fazemos as vistorias inopinadas. E nós fazemos as vistorias...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essas vistorias têm identificado muito problema de estoque, de...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Olha, eu tenho... O pessoal já me conhece. Eu trabalho aqui. Eu, normalmente, quando eu saio, eu volto com auto de infração.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantas presas têm autorizadas para comercializar munição no Estado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Um valor exato?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais ou menos.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Valor exato... Excelência, eu vou falar para o senhor mais ou menos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cem?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Mais, mais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais de cem? Duzentas?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Um pouquinho mais. De 200 a 300, mais ou menos. Lojas de arma, não é? Porque o Estado do Rio Grande do Sul é um Estado singular, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Pergunto o seguinte: as armas que são apreendidas e a munição que é apreendida pela Polícia Civil e Federal...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, certo...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês têm tido êxito no sentido de identificar a origem dessa munição, dessa arma?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, munição, não há como identificar. Não pela legislação antiga. Não existia possibilidade de identificação pela legislação antiga. Agora, arma, se foi fabricada no País, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vocês têm conseguido fazer isso, de forma...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Todas as... O Exército Brasileiro, através do SFPC, dá apoio, quase que diariamente, aos órgãos de segurança pública, ao Ministério Público, por solicitações. Eu preciso saber quem é o proprietário da arma tal, para onde foi a arma tal. Então, nós temos esse controle à saída da fábrica. Foi vendida para a loja tal. Foi feito isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E essa informação é rápida?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, não demora muito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a munição apreendida? Vocês têm observado munição de fabricação nacional apreendida na mão de bandidos, na mão de criminosos?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Olha, o que chega para a gente, Deputado, são só solicitações. Porque, quando é... Por exemplo, o caso do médico. Chegou uma solicitação informal para a gente, através dos canais de inteligência, mas não tem como eu precisar para o senhor, porque o que vem apreendido é só quando nós somos solicitados. Não é competência nossa, quando se trata de um ato de segurança pública. Quando se trata de atos administrativos, tudo bem; ou quando nós somos solicitados, como foi na Operação Gatilho. Então, nós damos o apoio total. Mas nós não podemos tomar a iniciativa, senão nós estaríamos extrapolando a nossa competência até com certas investigações. Então, quando nós somos solicitados...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero lhe dar 2 exemplos, até para o senhor poder me explicar onde é que houve o erro.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Taurus exportou mil revólveres para a Argélia. Pelo que eu percebi, por Porto Alegre, a alfândega daqui.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os revólveres chegaram na Argélia. Não sei quem, lá do Governo argelino, não gostou dos revólveres. Botou-os dentro de uma caixa e os mandou de volta.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os revólveres chegaram no Aeroporto do Galeão.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não sei como ninguém conseguiu identificar a quem pertenciam os revólveres. Foram parar num depósito de carga, no meio de uma favela quase, junto com um conjunto de outras mercadorias sem proprietário definido. Como é que um revólver vai na Argélia, volta, passa pela alfândega, passa por dentro de um aeroporto, vai cair num depósito e ninguém o identifica?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, Deputado, nesse caso, em especial, foi o seguinte: houve um desacordo comercial entre o Governo da Argélia e a Forjas Taurus. E a Argélia trouxe um avião e simplesmente descarregou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Argélia trouxe...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Veio com o avião e simplesmente descarregou o produto. A polícia de fronteira aeroportuária é a Polícia Federal e a autoridade aduaneira do País é a Receita Federal. Não foi identificado para o Exército imediatamente, quando foi descarregado...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O desembarço é o Exército que faz.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não foi feito desembarço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. Seria teoricamente o...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, sim, porque, quando há um produto controlado, a Receita Federal imediatamente comunica a gente. Só que o Galeão não comunicou. E quando nós soubemos... Assim que nós soubemos, a primeira proposição foi: nós levantamos tudo o que aconteceu. Isso gerou um processo administrativo contra a Forjas Taurus, porque ela não fez a tempo a licença de importação. Porque é obrigação do importador, mesmo sendo



esse caso, fazer a tempo a licença de exportação. A lei da ação aduaneira diz isso. Ela foi notificada, recebeu um processo administrativo e foi multada por isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por conta desse caso da Argélia?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso. Isso até já foi enviado pela diretoria de fiscalização à CPI, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu recebi o documento.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Então, essa foi a conduta imediata, quando chegou à nossa mão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que me chamou a atenção... Assim como... Deve ser um volume razoável de revólveres.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, é uma caixa grande.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Entrou pelo Aeroporto do Galeão, passou pela Receita Federal, passou pela Polícia Federal sem que ninguém identificasse, foi parar num depósito. E tratada como qualquer outra mercadoria?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. E poderia ser um explosivo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Poderia ser qualquer coisa. Porque, segundo eu entendi, só identificaram os revólveres...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Depois que abriram.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - porque tinha um prazo. Depois de tantos dias que está lá e ninguém reclama, eles abrem para dar um destino.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Abrem porque, pela legislação da Receita Federal, a mercadoria entra em impedimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí, abriram e era revólver. Poderia ter sido uma bomba. Poderia...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, poderia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Bom, se um episódio como esse acontece, quem me garante que tantas outras armas não estão entrando com tanta facilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, mas aí a competência foge da mão do Exército Brasileiro. A nossa competência é administrativa.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Exército é acionado pela Receita Federal para...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Assim que entra qualquer mercadoria, seja ela via (*ininteligível*), via Receita Federal, qualquer coisa assim, nós somos acionados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse outro episódio do roubo das armas, da transportadora, eu também, doutor, vou lhe falar... Parece-me que, em algum momento, teve um, digamos assim, cochilo, não é? Porque, veja bem, primeiro, era um volume razoável: 190 pistolas novas...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Onde?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse, agora, do roubo da transportadora.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Qual transportadora? A Ramos?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Da...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Da Ramos. Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cento e noventa pistolas novas, mais quarenta e poucas...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - São 190 revólveres.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cento e noventa revólveres, mais quarenta e poucas... Bom, na fábrica... sai da fábrica, o Exército tem o controle. Saiu da fábrica.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A transportadora tem registro, caminhão com GPS, trava na roda, tudo o mais que é exigido.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, na fábrica, tudo beleza; no transporte, tudo certo. No entanto, as armas foram para dentro de um depósito da transportadora.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Eles iam fazer o transporte do material.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Mas, nesse momento exato, entre a fábrica e entre o transporte — eu diria que com razoável facilidade —, 10



assaltantes, que, pelo que a gente percebeu, nem são especializados nesse tipo de crime, entram na transportadora e roubam todas as armas. Quer dizer, onde é que está o furo da bala?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, o furo da bala está que a competência de segurança não é do Exército. Nós não podemos acompanhar todas as escoltas que saem das fábricas. Nós não podemos fazer isso. Nem a Polícia Federal nem as Polícias Civil e Militar fazem isso. Todas as escoltas estão sob a sua atribuição. E até o Decreto nº 5.123 elenca a responsabilidade da empresa, porque a Transportadora Ramos foi notificada sobre isso, na segurança do depósito dela. Porque, quando ela vai fazer um transbordo de material, seja ele por qual motivo for — tem que trocar; tem que ir lá para Belém; um motorista só não pode; o caminhão quebrou —, pode-se fazer logo num local seguro, com a segurança determinada. Não quer dizer que a responsabilidade é do Exército. Se nesse ínterim...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A empresa tinha a segurança que vocês exigem?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Quem? A Transportadora Ramos?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É. No seu depósito.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, ela tinha o certificado de registro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ela pode fazer o... Ela poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que o Relator quer dizer é o seguinte: nós sabemos que fazer a segurança não era questão do Exército, mas fiscalizar as dependências era função do Exército.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É isto que nós queremos saber: por que não foi fiscalizado numa dependência adequada para guarda... Mesmo que seja para guarda só de um transbordo, por que essas dependências não estavam com a segurança adequada?



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E saber, na mesma linha, se existia essa licença. Eles têm licença para transportar. E têm licença para descarregar lá e fazer o transbordo? Existe uma licença para isso também? Essa licença... É importante saber. Se têm essa licença, quer dizer que alguém deu. E para alguém dar essa licença tem que ter vistoriado. Foi feita essa vistoria?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. O certificado de registro dela, antigo, dado na vigência passada à minha chefia, dizia que poderia permanecer no tempo, no prazo para transbordo. Não disse transbordo, disse outra palavra. Não lembro aqui. Então, se a empresa recebeu o certificado de registro, com certeza ela foi vistoriada. Agora, o fato de a empresa... Por exemplo, como acontece normalmente, a gente vai fazer uma vistoria preliminar e a empresa está adequada. Se ela, por "a" ou "b", resolveu não mais cumprir as exigências, ou seja, retirou segurança, retirou isso, retirou aquilo, não é responsabilidade do Exército Brasileiro. A responsabilidade é da empresa. Tanto que ela foi autuada por isso. Se as instalações dela estavam o.k., se ela poderia chegar lá e fazer transbordo, se ela tinha segurança, vigia lá, 5, 6, 10...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dê um exemplo. Dê um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que precisa um depósito para ter segurança? O que ele precisa?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Depósito, não; isso é o transbordo. Ou monitoramento ou vigia. Vigilante armado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Monitoramento ou vigia. Quer dizer, não precisa ter cofre, não precisa ter nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Para o transbordo, não. Vai simplesmente sair de um lado e do outro. Não, as armas têm que estar fechadas, em local fechado. E lá tem. E não usou.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Um exemplo que, enfim, foi citado pelo pessoal que fez a investigação, de que a transportadora... onde ela armazenava, enfim, onde ela manipulava, onde ela descarregava o equipamento, vamos dizer assim, não é um lugar cercado, não tem muro. Quer dizer, quem está lá de fora fica espionando, olhando, observando, examinando. Pode ficar



acompanhando toda a operação do lado de fora. Quer dizer, pode estabelecer uma logística do lado de fora, daquilo que acontece lá dentro.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sei.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele pode fazer toda uma observação. Digamos assim, uma empresa que transporta equipamento bélico, enfim, armas, explosivos, em tese, munição, não requeria que tivesse um muro, que fosse fechado, para que alguém de fora não ficasse olhando, examinando, enfim, podendo observar, até para, depois, ver a rotina e operar em cima disso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. A empresa, quando vai se registrar para fazer alguma atividade de produto controlado, deve se adequar. Ou seja, a Transportadora Ramos, no exemplo dado, é cercada, fechada, existe...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas os muros...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, os muros são abertos, são cercas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - São muros abertos?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, são cercas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, enxergam tudo.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, mas, Deputado, quando sai o produto de um lado para outro, só quem sabe do transporte são o gerente e o motorista. Aí, é uma área criminal. Mas a empresa, nem por isso, pode deixar, na parte administrativa, que compete ao Exército, de continuar com a segurança. O senhor entendeu?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu só reitero aqui que eu acho que uma empresa que vai fazer um transporte — vamos imaginar um transporte de valores de dinheiro — ou, enfim, que vai chegar na empresa, vai descarregar, é óbvio que ela tem que ter aquele local cercado, protegido, para que... Até porque alguém lá de fora... até com arma, lá de fora, atira, se quiser.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quer dizer, ele pode atirar. Eu acho que é um cuidado técnico que o Exército tem que reparar, quando vai oferecer, digamos assim, o certificado.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Porque, ao não observar esse aspecto, alguém que... praticamente no meio da rua, não é? Quase no meio da rua. Eles foram lá e descarregaram. Então, a pessoa fica olhando, observando, sabe quantas caixas, o que descarregou, quanto não descarregou. Quer dizer, mesmo que alguém lá de dentro tenha dado informação, eles puderam conferir lá fora. Até para ver se não era um gancho. Os caras estavam lá do lado de fora e disseram: *“Não, é verdade, o rapaz lá de dentro me informou que é um carregamento, tem arma, tem isso, tem aquilo, aconteceu isso...”* Quer dizer, tu facilitas, tu dás chance ao azar, facilitas o serviço do meliante, do ladrão. Acho que esse é um cuidado que tens que ter. Se não tiveres esse cuidado, tu estás colaborando para que o outro consiga... facilitando para que o outro possa agir — como agiram, efetivamente. Ao ponto que eram, pelo que disse a polícia, ladrões, assaltantes, enfim, sem nenhuma experiência. Aproveitaram a ocasião, tipo: receberam a informação, foram lá conferir a verdade. Então, foram atacar. Não era nada, nada planejado. Não tinha esquema nenhum. É muito simplório. E é com esse simplismo que a gente fica impressionado.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Quanto à minha atribuição particular no SFPC, eu não sou chefe do Serviço de Fiscalização há 20 anos. Há dois anos. Então, quando eu assumo uma chefia, existe o certificado de registros vigentes. E eu tenho que respeitar aquela vigência. É óbvio que, quando se vai fazer a vistoria, nós fazemos as nossas verificações. Entendeu?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu quero... Até é a minha última contribuição. Eu acho que, se aconteceu isso lá, deveria, pelo menos, ser pedagógico. Deveria, pelo menos, servir de exemplo de como não fazer. Se o senhor está na chefia a menos tempo, há 2 anos... Possivelmente, o certificado tenha sido oferecido antes. Mas, se tem uma maneira errada de fazer, é a maneira que fizeram lá. Quer dizer, uma empresa que transporta valores, transporta material bélico e que deposita esses valores, esse material bélico — arma, munição — no seu depósito, ainda que de forma itinerária, ainda que de forma sazonal, ainda que muito rapidamente, ainda que servindo de transbordo, é óbvio que ficar lá uma hora, um dia, um mês, em tese, a segurança é a mesma. Porque, se os bandidos querem agir, eles agem numa hora, agem numa semana, agem num mês. E, ainda que seja durante um mês, vai ser numa hora. Eles aproveitaram exatamente essa hora. Às vezes, até agem na hora de descarregar. Quer dizer, estão descarregando e agem



exatamente naquela hora. Agora, se tu vais descarregar a arma abertamente, sem uma segurança mais razoável, todo mundo ali observando, chega lá uma quadrilha e toma conta, como eles tomaram conta. Então, que sirva isso, pelo menos, para uma situação pedagógica, para que não aconteça mais isso.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. A respeito do fato, Deputado, quando foi feito esse acontecimento, imediatamente nós fomos ao local. A empresa foi notificada pelas responsabilidades dela. E foi contada a seguinte história: as pautas estavam lá. Assim que as pautas saíram, houve o assalto. Então, a empresa...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eles ficaram olhando lá de fora. Viram e esperaram o dono da casa sair. Aí, o gato pulou em cima da mesa. É bem simples. A casa estava escancarada, aberta, sem muro, sem proteção. Porque, se tem um muro, antes de pular o muro, eu tenho que saber o que tem do lado de lá. Daqui a pouco eu dou de cara com os cachorros, com o Exército lá apontado para mim. Agora, se não tem um muro e eu sei tudo o que está acontecendo, eu não corro risco nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Capitão, eu acredito que nós precisamos fazer, imediatamente, fiscalização em todas essas empresas de transporte. De imediato. Isso não é coisa para hoje, é para ontem, porque as notícias que me chegam aqui são extremamente preocupantes. De fevereiro para cá, 3 episódios desses aconteceram. Quer dizer, não é uma ação isolada, não foi... Aquilo que nós vimos ontem, inclusive, me deixou com a pulga atrás da orelha. E agora eu venho confirmar isso. Veja, em Caxias invadiram também uma transportadora e roubaram 49 armas, 9 metralhadoras, carabinas, revólveres e pistolas. No Sarandi, aqui, em 20 dias, em Porto Alegre... Foi uma no Sarandi e outra, agora, no Porto Seco. E também roubaram caixas de cartuchos e revólveres calibre 38. E agora a terceira, no Porto Seco. Quer dizer, de fevereiro para cá, 3 ocorrências em transportadoras. Nós precisamos tomar uma atitude. Eu não posso ter... Se vier outra ocorrência em transportadora que não cumpra isso, nós vamos achar que...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, Deputado, a empresa de Caxias recebeu processo administrativo, porque o local não estava apostilado. O que é apostilado? Ela não tinha autorização para fazer isso. Se ela fez,



ela fez à revelia do Exército. Então, não há de se responsabilizar a atribuição dada ao Exército, porque uma empresa, à revelia da lei, comete uma irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ela era autorizada para transporte?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ela era autorizada para transporte, não para fazer o transbordo lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E qual foi a penalização para isso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Foi aberto o processo administrativo. Já foi encaminhado à DFPC. E quem decide o processo administrativo não é a região militar. É em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em Brasília é que decide?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso. Nós fazemos toda a parte documental, damos o parecer conclusivo e o enviamos para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora me diga uma coisa: essa do Sarandi, ela era apostilada aí?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Do Sarandi era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era. E o que aconteceu aí?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Foi o Expresso Araçatuba, se eu não me engano. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Foi o Expresso Araçatuba. Tivemos o mesmo procedimento que nós fizemos na Ramos. Qualquer indício de irregularidade, a gente faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o problema... Sabe o que é, capitão? A impressão que fica... Eu estou lhe falando sinceramente, porque, veja, em 20 dias acontecerem duas coisas. A impressão que fica é que a gente está fechando a porta depois que o bandido a arrombou.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Então, a gente tem que botar as trancas antes de o bandido arrombar. Então, eu não acredito que seja... Quantas transportadoras nós teríamos aqui, autorizadas para isso?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Eu não posso precisar o número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas não deve ser mais de 10, eu acho.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Para arma e munição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Poucas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Poucas, não é? Então, isso é para ter um controle mensal, capitão. Dez visitas num mês pode um sargento fazer, pode um tenente fazer, pode...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? E ver — *“Olha, como é que está armazenado isso?”* — que tipo de coisa está fazendo. Saber o roteiro da... *“Vem cá, o roteiro está parando onde?”* Por exemplo, essa de Caxias, se pegasse o roteiro do transporte, ia ver que tem irregularidade, porque não está previsto um trasbordo lá naquele local. Então, é esse tipo... Eu não estou nem interessado no que passou. Não estou dizendo também que tenha sido omissão. Eu acho que precisa é de mais atenção. É disso que nós precisamos. Agora, o que me deixou preocupado foi que houve 3 ações, de fevereiro para cá, roubando armas e munições. Quer dizer, isso está virando um negócio comum.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sei. Primeiro, sobre Caxias, inclusive, são armas destinadas à manutenção. Armas que estavam até insensíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não subestime um bandido, não, porque ele sabe trocar um cão, ele sabe trocar uma arminha lá de dentro. Tudo que a fábrica faz ele faz também.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Agora, Excelência, quando sai um material da fábrica e acontece um ilícito penal no meio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Em Caxias, o senhor está coberto de razão.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - ...o erro administrativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ali, tem que ter uma... Agora, eu quero saber a penalidade que vai ter para um negócio desses, porque



isso aí é facilitação para a arma parar na mão de bandido, não é? Por exemplo, outra coisa que aconteceu: como é o sistema dessa guia de trânsito? Eu gostaria de saber. Por exemplo, a empresa tira a nota e depois pede a guia de trânsito? Como é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, aqui... Eu vou responder pela Terceira Região Militar, porque eu não respondo por outra região. Aqui dentro da Terceira Região Militar, a empresa, para solicitar uma guia de trânsito, tem que estar atrelada à nota fiscal. E a leva ao SFPC mais próximo, onde são verificados o destino — se pode —, a transportadora e se a quantidade está correta. É feito um selo de autenticidade para comprovar que aquela guia é verdadeira. Existe um selo de autenticidade na guia. Os produtos andam com esse selo e o fiscal militar avisa a guia de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na Taurus nós ouvimos um pouco diferente: que, quando viesse o pedido, ele informaria o pedido, de quem era e tudo mais.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E depois, então, seria emitida a guia de trânsito. E depois ele tiraria a nota fiscal.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, a Forjas Taurus tem fiscal militar. Então, o fiscal está sempre lá. Então, ele sabe a saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Então, no resto tem que estar acompanhado da nota fiscal?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí só é liberado depois?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E no interior, como é que isso acontece?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Da mesma maneira, porque existe SFPC no Estado todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele informa à transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. É obrigatório.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nesse caso, por exemplo, da Rossi, será que ele informou à transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, ele deve ter informado lá ao fiscal militar de São Leopoldo. Ele tem que informar para avisar a guia de tráfego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem que informar à transportadora?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Tem. É obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí vai ter um problema seriíssimo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Brustolin também teria que ter informado.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque o caminhão não era de transportadora coisa nenhuma. É um caminhão todo irregular, com um fundo falso, que não era de transportadora. Quer dizer, qual é a transportadora que deve ter... Eu quero, depois, a cópia, por favor, capitão...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Da nota fiscal. Da guia de tráfego.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...da guia de tráfego que ele bota a transportadora. Quero saber que transportadora foi posta, porque aí tem falsidade ideológica — inserir informação falsa em documento público. Seria uma falsidade cometida por uma empresa grande. Veja, não é só a questão: *“Não, foi o gerente que fez e tal”*. A guia de tráfego tem que ter as informações verdadeiras.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Contidas na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se ele informou que é um caminhão tal, pertencente a fulano de tal, que vai fazer o transporte... O senhor disse que o caminhão não era autorizado nem...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Dentro do âmbito da Terceira Região Militar, não era autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Conseqüentemente, então, não pode fazer. Se não tem autorização... Ele tinha que mostrar a autorização para vocês, não é isso?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, a Rossi. Quando ele vai na empresa. *“Eu sou o caminhão de fulano, da empresa tal. Aqui está o certificado de registro”*. Inclusive, Excelência, é obrigado até isso. As empresas sabem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E veja que é interessante esse detalhe, porque foi um motorista lá. E todo mundo, quando foi ouvido o motorista, ficou com pena dele, porque era um rapaz que estava para ganhar 500 reais no transporte, que iria ganhar 2 mil reais depois e tal. No entanto, ele teve azar, porque um Deputado nosso é justamente de Feira de Santana, onde ele tem a residência. Aí, o Deputado foi convidado para o mesmo programa de rádio. O motorista que ganha 500 reais chegou com uma caminhonete importada para participar do programa de rádio. Só para se ter uma idéia de como é o esquema. E aquela loja era suspeita de entregar armas e munições para bandidos que atuam no Nordeste do País. Quer dizer...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é interessante, não é? O motorista, aquele paupérrimo, tão coitado e tal, foi com uma caminhonete importada lá. Perguntaram: *“De quem é essa caminhonete?”* Aí, ele deu uma enrolada e tal. Quer dizer, eu acho interessante. Isso é só para mostrar que o esquema é um esquema antigo, irregular. O Brustolin carregou tudo. Vocês participaram da operação e viram. Que tipo de sanção receberá uma firma assim, na sua opinião?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Eu não posso afirmar, porque nós fazemos o processo e o encaminhamos ao DFPC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E que tipo de sanção? Não é nem recomendada no processo uma sanção?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É recomendada, é recomendada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que tipo de sanção é recomendada?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Normalmente, na gravidade do fato, pode-se cassar o registro, pode-se dar uma interdição ou multa para o interditor. Na gravidade do fato. Agora, quem decide não somos nós.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas recomendaram o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nós não terminamos o processo administrativo ainda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tenho uma pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Algum registro foi cassado, nesses últimos 2 anos, aqui no Estado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, Excelência, eu assumi o SFPC há 2 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas nesses 2 anos...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nesses 2 anos, foi cassado um registro de um lojista, mas ele conseguiu, administrativamente, reverter, dentro do próprio Exército, até porque não era uma coisa muito grave. E nós autuamos mais de 70 pessoas, 70 pessoas jurídicas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual foi a razão da cassação do registro?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Olha, não sei afirmar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi antes da sua época?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não, foi... Eu... Depois que nossa equipe nova entrou, nós entramos com uma filosofia de sair a campo para fiscalizar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor. Esse episódio do Beleza, vocês acompanharam?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Eu já estava aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que o senhor tem a nos dizer sobre esse episódio?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, o que o que eu tenho a dizer é o seguinte: o Sr. Luiz Mário de Oliveira Belleza fez uma solicitação ao Exército, já na minha chefia, para se tornar colecionador e atirador esportivo, 3 semanas depois de ser preso, e lhe foi negado. Nós negamos embasados nas Portarias nºs 004 e 005, que... Um dos pré-requisitos... Olha, isso eu não sei afirmar, porque o que foi chegado a mim sobre o Sr. Luiz Mário de Oliveira Belleza foi a



solicitação dele. E, quando alguém vai se registrar no Exército Brasileiro, a gente levanta. Inclusive, eu faço uma afirmação aqui: nesses 2 anos e 2 meses, não houve nenhum caso de colecionador, atirador ou caçador registrado no SFPC envolvido em ilícito penal. Nenhum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa é uma informação muito importante.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nós... O pessoal me chama até de muito chato, porque eu vou no âmago das coisas. Todas as armas são registradas em documentos permanentes, chamados boletins, e lançadas atualmente, pelo novo sistema, no Sigma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor já começou a falar, então, sobre a questão dos Clubes de Tiros, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Eu fiz esse levantamento para falar do Beleza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Em relação ao Beleza, como é que o senhor explica essa munição do Exército que estava lá com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, eu não posso explicar isso, porque não é competência minha. A competência minha é administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas foi feito um apuratório no Exército sobre essa questão?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Olha, eu não posso lhe responder, Excelência, porque seria leviano de minha parte responder uma coisa dessas. O que chegou do Sr. Luiz Mário de Oliveira Belleza, para mim, foi uma solicitação de certificado de registro de colecionador e atirador, que foi indeferida. Só.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Indeferida?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Indeferida, porque, 3 semanas depois de ele ser preso, ele fez essa solicitação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, então, retomando... oficial. A questão dos clubes de tiro. O senhor é que faz essa fiscalização, esse acompanhamento? É o senhor que coordena isso?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, eu, quando cheguei no Sul, já que eu sou carioca, eu vim conhecer a cultura do Estado. Eu percorri vários clubes aqui da Capital e alguns do interior para saber essa cultura de arma que o gaúcho tem. É uma cultura diferente, diferenciada no País. O gaúcho gosta de caçar, coisa que só tem aqui — a caça regular, autorizada pelo IBAMA, que é uma competência nossa, também. Eu percorri para saber quem são os atiradores, quem são aquelas pessoas que praticam o esporte tiro, que é competência do Exército. Então, o que eu vejo nos atiradores são pessoas — quase que a maioria — que gostam do esporte, praticam o esporte, apesar de todas as dificuldades que existem, e que é uma abnegação. Mas eu... Mais uma vez, eu repito: nesses 2 anos, nunca houve nenhum caso de atirador, colecionador ou caçador envolvido em ilícito penal. Aqui... Quando eu falo atirador, é atirador registrador. Porque, para mim, o atirador desportivo é aquele que é registrado no Exército. Ele pode estar filiado a um clube. Qualquer pessoa pode se filiar a qualquer clube. Mas atirador desportivo é o que tem certificado de registro no Exército.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esses 44 clubes que são...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Tiro prático.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...registrados na federação.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Tiro prático.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E temos também outros clubes...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Tem. Porque nós temos a maior federação aqui, que é a maior do Brasil, inclusive: a Federação de Caça e Tiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí é um outro tipo de...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, aí é o esporte olímpico e a atividade de caça desportiva. É outra federação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Uma outra federação, que também reúne um número...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bem mais elevado do que esse aí, porque a caça aqui é muito difundida. O senhor sabe disso. O senhor é daqui do Estado, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sou gaúcho também. Sou de Santa Maria.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Então, o senhor sabe que o gaúcho gosta de caçar. É quase uma religião. Todo ano, na temporada de caça, ele vai caçar. Eu sei o que eu sofro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sobre o trabalho de fronteira, o Exército participa de algum trabalho regular, sistemático, de controle, de entrada ilegal?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, Excelência, esse trabalho de fronteira não é atribuição do SFPC.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sei, mas o Exército participa?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - A última que eu fui noticiado foi agora, a operação feita no Paraná.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aquela grande, que foi feita lá?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Saiu até nos canais de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu queria... *(Falha na gravação.)*

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Por enquanto, não, porque, como eu falei, Excelência, nós estamos terminando um processo administrativo... Nós estamos terminando, não; nós estamos levantando dados para terminar o processo administrativo da Brustolin e desse. Pode-se ter outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, aí não pode mais, capitão, porque eu acho que, se esse transporte for indevido...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...é imperativo que haja um procedimento administrativo nesse sentido. Entendeu?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que eu quero mostrar é o seguinte: Brustolin, muitas vezes, é uma empresa pequena. Aí, a gente toma todo tipo de providência. Aí, quando chega numa empresa grande, parece que a gente começa a se desestimular de tomar as providências. Eu não vejo diferença nenhuma e acredito que o Exército também não veja.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Com certeza.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sendo empresa grande ou pequena, cometeu irregularidade, tem que pagar na mesma moeda. Não tem negócio de diferenciar nesse sentido.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eu acredito que já deveria ter sido instalado um procedimento administrativo contra a Rossi, porque, a partir do momento em que foi configurado que o transporte foi irregular e ilegal, ela já devia estar respondendo. Como o senhor mesmo disse, ela tinha responsabilidade de checar se aquilo tinha regularidade ou não.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nós fizemos uma verificação de todos os estoques da Rossi nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não foi do estoque, foi do transporte.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, só para dar um a mais no que V.Exa. está falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Rossi, no estoque, eu não acredito que vá fazer nenhuma irregularidade. Agora, Brustolin tinha irregularidade no estoque. Ele mandou o material controlado sem nota. Ele mandou... Apareceu nota dele, depois?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Nós solicitamos e até o momento não foi enviado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até agora não foi? Porque ele disse que tinha enviado a nota para pedir autorização para vocês por fax.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - O que nós temos no processo é a nota dele. Eu quero a nota de origem. São coisas distintas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Explique-me, por favor, capitão.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nota emitida pela Brustolin é uma coisa. Nota de origem, do que chegou da fábrica para ele. São coisas distintas. Uma via é dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele emitiu...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nós temos cópias das emissões dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Das emissões dele. Quando ele emitiu essas...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Eu não sei dizer, porque faz parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, o que eu achei estranho é que ele disse que em questão de minutos vinha autorizada essa guia. Isso era assim mesmo?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Como é o procedimento? Como as empresas ficam afastadas do grande centro de Porto Alegre, como é que a gente faz? O fiscal militar de lá, ele leva até lá ou ele leva uma autorização do SFPC 3. Ele manda via fax. Ele tem que dizer para quem ele está vendendo, qual é a transportadora... Como se fosse uma minuta de guia de tráfego. Nós autorizamos ele a levar aquela autorização até o SFPC mais próximo da residência dele ou da empresa e falar: "*Aqui, foi autorizado pela SFPC 3*" e computa para a gente. Nós sabemos que saiu aquela guia de tráfego assim, assim, assado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No caso do Brustolin, que fez todas essas irregularidades e com muita munição irregular, quer dizer, eram quase 2 milhões, se não me engano, de munição irregular...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, eu não vou afirmar que é regular nem irregular. É irregular a estocagem. A estocagem é irregular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas pode afirmar com segurança que são irregulares os sessenta e tantos mil que ele mandou sem nota para outro canto.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, pode... Não precisa ter medo de afirmar que foi irregular e foi um ato inclusive de favorecer a criminalidade. Nesse caso, eu acredito que a penalização deva ser a mais alta, porque, inclusive, fez todo tipo de irregularidade. Tendo no estoque, acredito que até não seria a mais alta, desde que tivesse controle e tal e tudo o mais

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, já tendo no estoque a mais e vendendo sem nota, sem controle, sem nada, aí é traficante de munição. Aí é traficante.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É que nem um farmacêutico ter produto controlado para vender para viciado, sem nota, sem a cartelinha, aquela que tem que... Vender... Esse não é mais farmacêutico, é traficante, mesmo, que está vendendo para viciado, porque está vendendo sem a nota, sem a receita médica, sem coisa nenhuma. A mesma coisa é nesse... Quer dizer, a partir do momento, ele deixou de ser industrial e passou a ser traficante de munição. No caso, aí, não era arma, então é traficante de munição. E um traficante de munição que continua com a licença... Tem que ser no mínimo interditado lá, automaticamente, sob pena de ficar rindo de nós e fazer outras remessas de tráfico de munição.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele deixou o tráfego pelo tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é uma simples troca de ortografia. É mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não. É troca de... É sinônimo de atividade criminal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De profissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - (*Risos.*) Sinônimo de...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Posso fazer uma pergunta ao nosso oficial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desculpe. O senhor sabe por que razão o seu depoimento está sendo filmado e por quem?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, isso aí é nosso, porque eu preciso relatar depois. Então, nós estamos filmando para mandar depois para Brasília. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ah, obrigado.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Quem está filmando é um sargento meu, inclusive.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - *(Risos.)* Eu gostaria... Ele está preocupado com a filmagem. Eu disse a ele que, toda vez que tem depoimento do Exército, filmam. Não tem problema nenhum. É público.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estava preocupado se ele estava filmando só ele ou a mim, porque eu tinha de pentear o cabelo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - *(Risos.)* Mas, Capitão...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, nesse... Quantas fábricas de munição nós temos aqui, no Rio Grande do Sul?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - De munição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só uma?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - De munição, uma. O senhor está falando de espoleta, de quê? De espoleta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A Brustolin fabricava o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - A Brustolin fabricava nada. A Brustolin era um comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era um comércio, não era fábrica?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era só um depósito?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, era um comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É porque ele deu a idéia de que ele fabricava os cartuchos...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não, não, senhor. Só um comércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, então...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ele era um comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é que entra... Por isso é que entendi a nota de origem. Então, ele não apresentou nota de origem daquele material a mais, lá?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. É por isso que o processo administrativo é um rito onde tem que se levantar... Nós temos que respeitar até o contraditório e a ampla defesa da pessoa, isso é constitucional, e a gente faz todas as verificações, inclusive uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A munição encontrada lá é de que marca?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Todas CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Todas CBC?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele estava com estoque além do... e sem nota?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, ele estava com um depósito irregular. Por quê? A munição onde foi encontrada não tinha... Somando o que estava no depósito e do outro depósito, tinha mais. Mas o depósito onde ele foi encontrado não era apostilado pelo Exército Brasileiro. O senhor tem uma loja. O senhor pega... V.Exa. pega uma quantidade de munição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu entendi tudo errado do Brustolin. Eu pensei que ele era fabricante de munição.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, não, senhor. Só a CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele é só uma loja de venda de... que teria um depósito grande nesse sentido? E ele não mostrou a nota da CBC para essa munição da CBC?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, nós solicitamos. Isso está no andamento, no curso do processo administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Solicitaram quando isso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ah, já faz um tempinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a CBC? Solicitaram à CBC?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, porque a gente pede primeiro um, depois pede o outro, para confrontar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu acho que não tem muito problema, Capitão, porque, se a CBC manda um mapa mensal...



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...e ele manda...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - ...o mapa mensal não vem para nós, vai para São Paulo, porque a CBC...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas não é mais fácil pedir para São Paulo uma cópia do mapa deles?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, é que nós estamos aguardando. Nós damos um prazo. Existe um prazo, um rito processual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque aí vai ter muito mais explicação do que eu pensava. Porque eu pensei que ele era o produtor; agora sendo a CBC a produtora e ele não tendo a nota da CBC... Como é que isso saiu da CBC sem nota?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. Eu afirmo para o senhor, informalmente, afirmo informalmente, que provavelmente deverá ter nota. Ele deve ter arquivado... deve ter estocado irregularmente. Acho difícil uma fábrica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu também acho difícil, mas eu quero ver toda essa história aí bem clara.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero entender, Sr. Presidente, me permite... Ontem, eu... O Brustolin tem autorização para receber "x" quantidade de munição por mês da CBC?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando a CBC vai mandar a remessa mensal para o Brustolin, de onde é que ela busca informação de quanto que ela pode mandar?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - O Brustolin, quando faz a solicitação, ele não pode pedir mais do que está armazenando. Ele sabe disso. Existe um termo de compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas, por exemplo, a Taurus disse que tinha lá relação de cliente, a capacidade de cada cliente.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A CBC deve ter a mesma coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Deve ter a capacidade suficiente na loja.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que não entendo, oficial... Veja bem. O Brustolin tinha um estoque muito maior do que ele poderia ter. Correto?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor disse o seguinte: *"Bom, mas ele informava o mapa..."* Podia ser no mapa o problema, não é? Se podia ser no mapa, uma fiscalização prévia poderia ter identificado que ele tinha um volume muito maior, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Aí, Deputado, o senhor me desculpe...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pelo volume... O problema é o volume: 2 milhões de cartuchos. É muito cartucho.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim. Sim, o senhor me desculpe... Quando uma pessoa manda um mapa e tem um depósito irregular, clandestino... A gente vai ao local, e está correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Veja bem, olhe aqui. Eu não quero dizer que a responsabilidade seja de vocês, no caso. Agora, veja bem. O fato de ele informar que vendeu e não precisar informar para quem vendeu... O Brustolin informa lá: *"Vendi 50 mil cartuchos este mês"*.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só isso?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele não precisa dizer para quem vendeu?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não. No mapa, não. Constante do mapa, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo? Aí ele requer à CBC: *"Me manda 50 mil, porque eu tenho um estoque de 50 e a minha capacidade é 100"*.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - *"E não vendi 50?"*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E não vendeu.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - *“Aí peguei aquilo, joguei num depósito irregular?”*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Botou no caixa 2, digamos...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...do estoque. E vai fazendo um estoque, não é? Pelo volume de munição, do meu ponto de vista, em algum lugar do sistema tem um ato falho, porque... Porque uma coisa é você ter um pouquinho de munição; agora, todos os meses vai vindo aquele volume, aquele volume, aquele volume... Em algum lugar alguém tem de identificar aquilo: *“Esse volume aqui está incompatível. É muita munição”*. Ou estou enganado que 2 milhões é muita munição?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, é bastante. Bastante.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quer dizer, e a CBC... É o Brustolin que informa à CBC qual é a quantidade de munição que ele pode comprar?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem é que informa à CBC quanto que ele pode vender para o Brustolin?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, o certificado de registro. Existe um certificado de registro com a quantidade máxima estocada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Sim, mas...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Existe um certificado de registro com a quantidade máxima estocada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Se a empresa solicita à Companhia Brasileira de Cartuchos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, mas, quando o Brustolin vai comprar da CBC, ele informa: *“Eu tenho 800 mil no estoque”*?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - *“Sim, eu posso ter um milhão. Me dá 200 mil.”*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, é o Brustolin que informa à CBC...



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, sim. É o Brustolin que informa à CBC.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com arma funciona assim, também? Uma loja vai comprar da Taurus, ela informa: *“Olha, eu vendi 20 do meu estoque; me manda 20”*. E essa informação é dada como verdadeira?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, é dada como verdadeira. Se a loja está cometendo um dolo, ela pode ser sancionada administrativamente e, no caso, penalmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Chamou-me atenção um episódio que é o seguinte. Todos nós sabemos que a legislação mais recente levou a uma redução muito grande da comercialização de armas, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - De armas?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De armas. E de munição também?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - De munição também. Saiu uma portaria...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Houve uma redução do volume de comercialização de munição?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bastante significativa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o Brustolin também teve uma redução de volume de...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, porque o Brustolin revendia para outras lojas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele funcionava como uma espécie de atacado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso, ele revendia para outras lojas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele é um atacado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É, e é permitido isso na legislação brasileira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Eu posso, como lojista, vender para outras lojas, ser um depósito, por exemplo, da Taurus, eu sou um



depósito da Taurus e daqui vendo para quem eu quiser. Hoje no Brasil pode-se fazer isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu perguntei isso lá na Taurus ontem. Eles me responderam que não podia ter um atacado de produto deles.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, deles não, mas a CBC... Isso é a empresa que faz, cada empresa tem seu método. Mas a legislação brasileira vigente, a empresa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Permite que eu seja um atacadista da CBC.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Permite que seja um atacadista da CBC, da IMBEL, da Indústria de Material Bélico, da Taurus, da Rossi, permite. A Taurus, ela não tem... a maneira de trabalho dela não permite que se faça isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, mas a lei permitiria...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - A lei permitiria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...que alguém fosse um atacadista da Taurus.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Com certeza. O senhor pode montar uma estrutura e falar: "*Eu sou...*" E fazer um contrato. Tanto que existe contrato de representação de empresa, no caso do Brustolin. Ele revendia para a loja, ele estava revendendo para as lojas, ele revende para Recife, para São Paulo, para um monte de lugar. Não sei qual é o tipo de acordo da (*ininteligível*) que existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, agora quem ficou curioso fui eu. Qual é a vantagem de comprar do Brustolin e não comprar direto da CBC?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ah, Excelência, o senhor me desculpe, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, nem eu sei, não tem lógica, a fábrica não vai vender mais caro do que o Brustolin vai vender. Não tem nenhuma lógica nisso.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Aí eu não sei, Excelência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ainda mais, confirmando o que o senhor disse, ele vende para Recife. A CBC é em São Paulo, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, a CBC faz munição em São Paulo e faz em Montenegro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, faz em São Paulo munição. Por que o cara vai pegar a carga aqui no Brustolin, no sul do País, para levar para Recife, o que vai encarecer muito o transporte, em vez de pegar em São Paulo e levar para Recife, para o Nordeste, para tudo o mais. Aí só tem uma resposta: porque aqui ele pega sem nota, ilegal, sem problema, sem coisa nenhuma, e vai vender também sem nota, ilegal e tudo o mais. Quer dizer, então nós temos que fazer uma modificação imediata, porque, acho que aí a Taurus tem razão, para que precisa do atacadista de munição?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, o que me chama a atenção é exatamente isto: é tudo informatizado, tudo mecânico, mas em nenhum momento, ao que me parece, o olho clínico, digamos, o olho crítico acusa quando uma coisa é ilógica, o volume estocado. É a mesma coisa que o Presidente está dizendo. Alguém do Nordeste vem até o Sul. Esse Seu Antônio comprava eventualmente, de forma regular, munição aqui no Estado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, irregular, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Regular.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Regular, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que a Rossi produz que ele comprou?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Espoleta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Espoleta.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Espoleta é o que a gente chama de pica-pau, espoleta para caça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É uma fornecedora do Seu Antônio?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, direto. A Rossi mandava direto para lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Rossi mandava direto para lá.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - E é autorizado pela legislação vigente no País uma loja de arma...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a espoleta também é considerada...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Produto controlado pelo Exército.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Produto controlado pelo Exército. Portanto...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Necessita de guia de tráfego.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Guia de tráfego, de frete...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - *(Ininteligível)* autorizado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Autorizado

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com tudo...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O problema de comprar da Rossi eu entendo, de comprar da Taurus eu entendo, o que não entendo é por que não comprou da CBC. Vou entender menos ainda se toda essa munição lá estava sem o acompanhamento fiscal adequado, sem a nota de trânsito, sem o...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Mas aí o dolo é da empresa, Deputado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas, aí, da CBC também. Eu quero saber... Agora eu vou entrar muito fundo nesse negócio para saber se tudo o que foi encontrado no Brustolin tinha nota de trânsito, tinha a nota de origem.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - O documento de origem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Todos os documentos de origem, a transportadora que fez o transporte da CBC para o Brustolin, todo esse negócio, porque... Aí, tenha a santa paciência, quer dizer, uma empresa... Não vou julgar a empresa pelo passado, mas pelo presente, do que aconteceu. É uma empresa que se dispôs a fazer o tráfico de munições, e a CBC vendendo munição adoidado para ela. Quer dizer, eu tenho que saber o que é isso e por que razão alguém viria do Nordeste para o sul do País para comprar aqui em vez de comprar em São Paulo, que é muito mais perto, mil e tantos quilômetros menos.



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Excelência, só para alertar o senhor, existe fábrica de munição no Sul, CBC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei, não tenho problema com relação a isso. Podia ter comprado na fábrica, então.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Inclusive Montenegro era mais perto. É Montenegro, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É, Montenegro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Era mais perto do que o local que eles foram lá.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É. Eu vou falar uma coisa para o senhor, Excelência, eu faço parte do Poder Executivo, então, sou amarrado à legislação. Não tenho discricionariedade. A pessoa chega e faz... tem a quantidade "x", pode? O ato é vinculado, o ato não é discricionário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Olha, ninguém é culpado até que se prove isso. Esse é um preceito constitucional.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas a investigação, naquilo que está sob nossa responsabilidade, é nosso dever. Senão eu poderia dizer: não, tráfico de armas aí, tem a legislação e tal, não vamos fazer CPI sobre tráfico de armas, deixe que corra assim mesmo.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, nós temos que investigar e investigar a fundo, e é isso o que quero...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Tanto que nós investigamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei, vai dizer que chegou na operação. Mas veja, chegaram na operação, e não abriram um procedimento administrativo contra a Rossi, que já devia estar aberto. Não precisa esperar completar o outro lá, não, já devia estar aberto contra a Rossi e já devia ter todos os documentos da CBC, porque esse negócio de ele ter... Nós estamos falando de 2 milhões de munição. Dois milhões de munição não é brincadeira, não, é um negócio que dá para equipar todos os traficantes do Rio lá por um bom tempo.



Inclusive, a notícia que nós tínhamos é que ele ia fazer uma parada no Rio de Janeiro, inclusive com esse caminhão, que não carregava 2 milhões, esse carregava sessenta e poucas mil munições. No fim, ia levar as espoletas para o Nordeste, e a munição ficava na metade do caminho. E, como eu disse, quer dizer, esse... Era Antônio o dono da firma lá no Recife?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Antônio Faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Antônio, com a maior tranquilidade do mundo, não tinha a menor preocupação. *“Não, as cargas de...”*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Antônio Ferreira de Farias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - *“As cargas de munição, de pólvora e de coisa assim, nada; não precisava de documento nenhum, vinha no fundo falso do caminhão lá; eu recebia, não tinha problema nenhum.”* Quer dizer, veja em que pé anda o negócio que o cara diz, numa CPI: *“Olha, isso aí não foi uma vez, não, foram algumas vezes; eu recebi carga de pólvora, de espoleta, e sem documento nenhum. Não, não precisava de documento. Esse negócio de documento é besteira”*. E diz isso na CPI. Maior cara-de-pau. Quer dizer, no mínimo...

Eu quero depois lembrar ao Relator para a gente pedir a interdição imediata desse estabelecimento. Já devia ser pedida, porque não... Esperamos que fosse tomada uma decisão, mas, se entrar numa burocracia, levando 2 anos para o cara decidir qual é a punição que vai dar, ele vai ficar é rindo de nós. Então, nós temos que pedir interdição imediata. Por quê? Porque essa munição ilegal... Até posso dizer que algumas pessoas de boa-fé talvez a comprem, mas a grande maioria que a compra é bandido. Essa munição vendida sem nota, a grande maioria que a compra é bandido. Posso até dizer: alguns de boa-fé, seja o caçador mesmo e tal, podem até comprar por baixo do pano alguma coisa, mas a maioria é bandido que vai comprar. Agora, com essa legislação, cada vez vão ficar menos pessoas de boa fé comprando, porque as pessoas de boa fé, sabendo da legislação, já vão se afastar desse risco. Então, vai ficar só bandido comprando.

Eu estou impressionado como é que isso acontece. E a Brustolin continua vendendo cartucho lá, não continua?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Providência administrativa da 3ª Região Militar, nós não temos competência de interdição, enviamos a Brasília, estamos aguardando decisão de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem é que tem a competência da interdição? É o General Rosalvo?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados. Então, é essa que a CPI vai se... nós vamos chamar lá para saber sobre as interdições.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É que nós fazemos os processos administrativos e informamos todo o correr a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei, eu sei. Eu não estou, como disse no início, eu não estou... mas estou achando assim um negócio... Quer dizer, no momento em que a gente sabe que tem um distribuidor de cartucho vendendo para o Norte, Nordeste do País e tudo o mais, já fica um negócio meio ilógico. A gente poderia, como fiscalizador, mandar um documentozinho para a região de São Paulo. É a 2ª Região lá?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Segunda Região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Segunda Região. Dizendo: *"Olha, pergunta aí para a CBC por que é que ela manda os cartuchos para cá, para o Brustolin, para depois vender lá para o Nordeste, por que ela não vende direto"*. É uma pergunta tão simples de fazer. De repente, até tem alguma lógica, eu não consegui ver nenhuma ainda. Mas, de repente, talvez tivesse alguma lógica nesse sentido, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Da carga tributária, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, sei eu, de repente podia ter alguma coisa que beneficiasse. Eles podiam dizer: *"Não, mas isso aí é melhor"*. É claro que, na venda ilegal, todo esse argumento vai por água abaixo, aí não tem mais como. Agora, eu queria saber como é que ele mandou 67 mil cartuchos sem nota, sem coisa nenhuma, se ele comprou com nota. Onde é que ele vai dar a baixa dos 67 mil cartuchos? Não é uma caixa de 50, não. Os atiradores que estão ali atrás



sabem que 67 mil cartuchos dão para fazer uma competição, não dão? *(Risos.)* E sobra muito ainda. Então, é muita coisa 67 mil cartuchos. Se ele mandou sem nota, logicamente ele também não tinha cobertura de nota, porque ele vai ter que aí emitir mais coisas fraudulentas. Se ele tiver a cobertura de nota, vai ser menos mau para a CBC, mas vai piorar ainda mais a condição do Brustolin, porque aí ele está praticando falsidade ideológica.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Falsificação de documento e tudo o mais. Agora, na verdade, se esse caminhão não tinha autorização do Exército, também foi falsificado o documento para vocês, porque aí foi posta uma transportadora da Rossi, tanto da Rossi quanto do Brustolin, que não é uma transportadora autorizada pelo Exército. Se isso aconteceu... Por isso que temos de pegar toda essa documentação. Eu queria ver... depois eu quero uma cópia do procedimento administrativo, Capitão.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para a gente conseguir acompanhar isso. Mas o que estamos vendo é que nós vamos precisar de uma ação bem mais dura do Exército nessa questão de fiscalização. Se o senhor é chato, nós precisamos multiplicar isso por 100, vai ser 100 vezes chato, porque na verdade está apavorando a situação. Não é fácil, não.

Veja bem, furtos em transporte de cargas. Ontem foi falado como se fosse uma coisa totalmente casual, uma coisa assim, não é? Ficou uma impressão tão gozada ontem quando ouvi meu próprio colega, que é delegado — eu sou delegado federal de profissão —, delegado civil, falando: *“Não, isso foi o seguinte, o cara de repente chegou no bairro e disse: ‘Olha, chegou um carregamento de arma lá’. E aí o que aconteceu? Aí uns caras ouviram. ‘Então, vamos assaltar esse carregamento de arma e tal’”*. Aí reuniram ligeirinho 10, porque foi questão de horas que tinham para fazer. Agora fico sabendo que, 20 dias atrás, aconteceu outro exatamente igual, com as mesmas características, e não está sendo levado em consideração. Tinha até um delegado da inteligência aqui. Não sei se ainda está aqui.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O Delegado Jorge saiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Saiu, mas eu quero que depois o Relator e o Deputado Francisco Appio entrem em contato com esse



delegado, para dizer que o setor de inteligência tem que analisar agora com mais perspicácia esse problema. Não parece uma coisa tão aleatória, no momento em que nós temos, de fevereiro até junho, 3 casos envolvendo isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E ontem, quando nós questionamos o delegado, ele tinha conhecimento do único caso da transportadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é. É sinal de que, em inteligência, nós estamos meio burros, aí, na inteligência.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Pode ter inteligência, mas não tem memória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, inteligência sem memória vira burrice, não adianta. Nós temos que realmente conectar isso tudo, ver, chegar a fundo no que aconteceu. Isso me preocupa. Acho que temos que fazer... Mesmo que seja: depois que arromba a porta, a gente bota a tranca. Mas vamos botar a tranca, para não arrombarem outras portas, para daqui a 15 dias não aparecer outra transportadora com uma carga de arma também assaltada nesse sentido. Então, vamos fazer rígido mesmo.

Por exemplo, se a transportadora não tiver o local adequado para a guarda, o que a gente faz? Eu tenho que fazer um processo administrativo, mandar para Brasília, para Brasília decidir o que vai fazer?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Se a transportadora está solicitando o CR?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, solicitando coisa nenhuma.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Se ela já tem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se ela tem, e eu estou lá fazendo fiscalização inopinada, que o senhor falou.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Se ela está... se ela não tem a garantia de segurança, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, eu cheguei e fiz a fiscalização inopinada e vi que, de todas aquelas garantias que é para ter, ela tem a metade. A outra metade ela não tem.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Ou seja, ela fez alguma mudança, alguma distribuição, fez alguma coisa assim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, ou tirou, ou qualquer coisa assim.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou cheguei lá, não tinha o vigilante que era para ter, não tinha a câmara que era para ter, não...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Todas as vezes que a gente faz uma autuação, Excelência, a autuação, a gente gera o processo administrativo, a gente informa aos escalões superiores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas a burocracia é toda essa? Quer dizer, se eu chego lá, e lá não tem, eu não posso interditar até que ela tenha?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É, a 3ª Região Militar não... pela legislação vigente, não tem competência para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que raio de legislação, porque aí... Essa legislação vai ter que ser mudada.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Nós podemos fazer o lacre no local. Isso a gente pode fazer. Mas, a gente, por exemplo... A transportadora não só transporta isso. O senhor me entende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O problema é dela, não é seu. Se ela transporta só isso ou não; se ela está credenciada para isso, e não tem as... vai lacrar o local, e o outro transporte que se dane também. Tem de saber que tem de ter responsabilidade. Afinal, não é um negócio tão difícil. Eu não vejo essa... Essas obrigações que o senhor falou, ter um compartimento que seja adequado para guardar durante o depósito, ter a vigilância eletrônica, ter os vigias, isso não é grande coisa.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, se ela se adequou para transportar esse tipo de coisa, e não transportou, eu não quero saber. A farmácia, quando está vendendo droga para viciado, ela vende também Aspirina, ela vende também Tylenol, ela vende também mercúrio, iodo e tudo o mais. É o mesmo argumento. Ela não vende só medicamento psicotrópico. Mas, automaticamente, são fechadas as portas. É lacrada. E azar, não vai vender mais nem Melhoral nem as coisas que tem ali — e não vai vender também psicotrópico.



Então, eu acho que a transportadora... Esse argumento de que ela transporta outras coisas, o problema é dela, não é da fiscalização, não. Se ela está fazendo irregularmente um... O que não estamos entendendo é que nós estamos facilitando a morte do nosso povo. É isso que nós temos que entender. A partir do momento que esses revólveres vão parar na mão de bandido, eles vão matar quem? Os nossos filhos, ou nós mesmos. Quer dizer, vão matar policiais, vão matar.... É essa responsabilidade que parece que o pessoal não está entendendo. Estão achando que é um comércio de melancia. Ah, tem que ter só o refrigerador para a melancia não estragar. Não é isso. Nós estamos falando de um comércio que, se não for feito cumprindo as normas regulamentares, é o comércio da morte. Eles vão usar isso para matar.

Então, esse é o ponto que eu quero solicitar. Vou fazer uma revisão. Quero pedir ao Flávio depois para a gente fazer uma revisão nesse aspecto legal, porque eu estou achando muito demorado, é muita burocracia, que favorece justamente o ilícito. Essa burocracia toda está favorecendo o ilícito. Já chega que as nossas fronteiras estão abertas. Agora nosso armamento e munição fabricados aqui vão ficar abertos também? Não, não. Até quero ressaltar, não por culpa das fábricas, mas por culpa do procedimento posterior à venda. E aí nós vamos ter uma mercadoria aberta aos bandidos também.

Infelizmente, veja, de duzentas e trinta e poucas armas que foram desviadas, onze foram recuperadas. Isso quer dizer o quê? Que 220 estão nas mãos ainda dos bandidos. E, em relação a essas 220, quantas mortes será que elas estão fazendo, aqui mesmo, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Quantas mortes essas armas estão fazendo? Quer dizer, é nesse conceito que eu acho que a gente está com muita tranquilidade. Nós estamos muito tranquilos, deixando isso acontecer.

Como o próprio Brustolin. A partir do momento que fez o tráfico de munição, é traficante. É traficante, tem que ser punido imediatamente. E nós estamos tendo uma burocracia desgraçada que não chega a lugar nenhum. É por isso que eu estou dizendo: vocês podem lacrar o...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Achando irregularidade? Pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, vamos lacrar, Capitão. Vamos lacrar, vamos botar o lacre lá e dizer: *"Olha, está irregular. Meu*



amigo, vai ficar lacrado até você arrumar". Eu garanto que em 2 dias eles arrumam tudo. Garanto que não tem o menor mistério.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Excelência, o que se vê aqui é o seguinte: se a empresa, se, quando se vai fazer uma vistoria, seja ela preliminar, seja ela inopinada, ela está o.k., ela não apresentou nenhuma irregularidade, e se ela comete um dolo, a culpa não é do órgão fiscalizador. A culpa é da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, a culpa do órgão fiscalizador é, se chegar lá... ela está cheia de irregularidade, e a gente fizer um procedimento, e aí fizer um aviso, e aí fizer alguma coisa.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, não, mas todas as fiscalizações que são feitas são imediatas, na hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, está irregular o depósito, lacra ele, e diz: *"Olha, assim que botar nos chama aqui, que nós voltamos para saber se está regularizado"*.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, mas é isso que é feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a gente tira o lacre.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Mas é isso que é feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tem lacrado? Quantos tem lacrado?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Em todas as empresas que nós fiscalizamos, nós, imediatamente, fazemos o termo de apreensão do material ou lacramos o local. Foi feito assim na Brustolin, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, na Brustolin, eu sei. Foi lacrado...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...mas já está deslacrado.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - O quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já foi deslacrado, lá, o..

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Foi retirado o material de dentro. Foi lacrado com o material dentro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi lacrado com o material dentro?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu estou falando dessas outras empresas...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não, a transportadora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Olha, eu vou ficar muito triste se eu ouvir falar que vai ter mais uma transportadora, nesse período de 1, 2 meses, que vai ser assaltada de novo, porque aí vai parecer, depois de tudo isso, que...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - (*Ininteligível*) do assalto à transportadora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, o assalto à transportadora não é problema, não é um problema que o senhor pode lidar.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Não é competência... Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O assalto a uma transportadora que não cumpre as normas regimentais é que é seu problema.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se ela não cumpriu, por exemplo, coisas que tem lá, aí vai ser seu problema.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O assalto em si vai ser problema da Polícia.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Então, então, é por isso que quando ela... acontece o assalto, a gente toma as providências. Por quê? A gente verifica se houve dolo ou houve alguma omissão da empresa. Se a empresa, por algum acaso, estava cumprindo com tudo, e aconteceu o assalto, aí não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é problema de segurança pública.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, aí é um problema de segurança pública. Agora, se ela não está cumprindo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, se a empresa não está cumprindo com nada do que é para cumprir, e acontece o assalto, ela facilitou o assalto.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, sim, ela vai tomar um duplo processo: o administrativo do Exército e o penal, que é um problema da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas o que estou dizendo, Capitão, é que a gente tem que entrar nessas empresas agora. Tem que entrar, tem que ver. Compreendeu?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso nós fazemos. Nós temos um... Vou explicar para o senhor, Excelência. Todas as empresas são vistoriadas. E não é muito fácil tirar um certificado de registro. Todas elas são vistoriadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Elas são, mas o meu medo sabe o qual é... Eu gosto muito mais da vistoria inopinada.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Mas, nós vamos... As vistorias são inopinadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A inopinada é que, para mim, dá resultado, porque as outras... É claro, se o cara vai pedir um registro, ele não vai fazer tudo irregular. O que eu tenho que saber é chegar lá... Por exemplo, tem que ter vigia de manhã, de tarde e de noite?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É chegar meia-noite lá na empresa e saber se o vigia está lá, ou 2h da manhã. Compreendeu? É isso que a gente tem que... Essa vistoria inopinada, precisamos de uma equipe forte para fazê-la.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - E é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como eu disse, o que passou passou.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - E é feito aqui dentro do Estado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - E o senhor tem gente suficiente?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, nós fazemos com uma equipe que a gente tem.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sim, mas, a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a equipe que faz isso? Só para ter... Já que o Deputado Appio perguntou?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, a equipe que faz, normalmente, é a equipe daqui do Comando da 3ª Região Militar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantos homens?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sou eu, 2 Tenentes, nós somos... 4 Sargentos, 4, 5, 6 Sargentos, 1 Cabo e 2 Soldados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, são uns 10 homens, mais ou menos?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Uns 12 homens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doze homens. A equipe que faz a fiscalização quantos homens tem, quando vai, assim, num lugar?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Normalmente, quando se vai, vão 4 ou 5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vão 4 ou 5. Quantas empresas tem para fiscalizar, nesse sentido?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - No Estado, aqui, em todas as áreas, sejam elas para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Umas 1.800.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mil e oitocentas empresas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - É tudo loja?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Loja, pedreira, comércio de produto químico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí é difícil, viu?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - É, é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É difícil, Capitão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, as equipes do interior também não fazem fiscalização?



O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Fazem, também. Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer...

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Fazem também. A equipe do interior também. E a equipe... cada SFPC tem 1 oficial responsável e 1 ou 2 praças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, nós vamos fazer o seguinte, Capitão: para a gente ter uma idéia e poder falar com o Ministro da Defesa depois, eu vou requisitar, em relação a esses últimos 3 anos, o documento de fiscalização inopinada. Quantas foram feitas nos 1.800 estabelecimentos. Não aquele para registro imediato. Eu quero saber quantas foram feitas inopinadamente.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quero depois que o Secretário anote para a gente pedir, porque, como eu disse, não é questão de culpar ninguém, não. Acho que não é por aí. Nós temos é que dar as mãos e trabalhar juntos. Mas é que, se não tiver um grupo real, o Exército vai ter que designar mais gente para isso, porque isso é vital. A verdadeira guerra da nossa sociedade é essa aí. Essa é a guerra que nós estamos enfrentando, e o Exército tem na mão o controle do principal instrumento de morte dos bandidos.

Nós vamos ter que reforçar isso como nunca, compreendeu? Não é culpa sua, não é culpa de quem passou, é uma mudança de visão. Não é mais um departamento para a gente fazer um controlezinho de alguma coisa, não. Agora é para ter, se for possível, uma divisão grande, que tenha 100 homens, para todo mês passar nessas lojas, ver como é que está, como é que não está e tudo o mais. Não vejo problema para isso. Eu acho que contingente para fazer isso o Exército tem. Eu acho que é até um bom treinamento. Vai ajudar a sociedade na guerra que está matando 50 mil pessoas por ano. A guerra que, dentro do Brasil, está matando é essa.

Eu quero ver sempre as nossas Forças Armadas preparadas para qualquer guerra. Isso, tudo bem. Mas precisa nos ajudar nessa aí. Quer dizer, eu vou fazer um apelo, se possível ainda semana que vem, ao Ministro da Defesa, o Vice-Presidente, vou pedir uma reunião com todos os Comandantes das Forças



Armadas, para que a gente chegue a uma solução nisso e tenha uma atuação mais decidida.

Essa guerra nós temos que ganhar. Nós temos que ganhar. Eu não vou aceitar um negócio como esse e que, nessa guerra, a gente tem que se acomodar, tem que se acostumar com a violência. Ter que se acostumar a, antes de entrar em casa, dar 2 voltas no quarteirão para ver se não tem ninguém esperando no portão; tem que se acostumar com... Eu me nego a me acostumar com isso. Eu me nego a submeter a sociedade a se acostumar com isso. Eu acho que nós temos que entrar nessa guerra com disposição, com vontade, para a gente vencer essa guerra.

Como eu disse, eu não estou preocupado com as autoridades, com o que deixaram de fazer. Nós vemos que em todas as áreas nós temos falhas. Muitas falhas. É a primeira vez que o Congresso Nacional entra nesse tema. E nós não queremos entrar para fazer aquilo que ouvimos ontem os repórteres dizerem: *“Não, há 5 anos, nós fomos ver, a situação era essa. Agora, 5 anos depois, continua a mesma, ou até pior”*. Então, nós temos que fazer a diferença.

Temos a possibilidade... Esta CPI não tem partidatismo, aquele negócio. Pode ver aqui, olha, o Deputado Pimenta e eu — eu, da Oposição; ele, da base do Governo —, o Deputado Francisco Appio também, e nos damos muito bem. Temos aqui gente do PSDB, do PFL, do PT, do PP, do PTB, do PDT, como o Pompeo, e nós todos estamos imbuídos numa direção só. Nós precisamos fazer a diferença nesse combate, nessa guerra que nós estamos vivendo, da violência. E o principal instrumento que nós temos nessa guerra da violência é esse, unir as instituições, fortalecer.

O seu setor não pode ter 10 homens. Seu setor era para ter, no mínimo, uns 50, 60 homens, para poder sair fiscalizando, vendo esse negócio. Quer dizer, nós não estamos falando... Não é brincado, não, Capitão. Olha, eu fiquei preocupado com essas 3 ações, de fevereiro para cá, foram roubadas centenas de armas e milhares de munições. Isso me deixou muito preocupado. A outra ação, também esse ano, vocês participaram inclusive, mostrando que 2 milhões de munição... Quer dizer, aí, chega alguém: *“É, não tem jeito mesmo, a fronteira aberta, aqui ninguém fiscaliza e tal”*. Tem gente, sim. Vamos fechar a fronteira, vamos fazer... Qual é o problema de fazer fiscalizações nas estradas fronteiriças, fiscalizações... Eu estou acostumado a isso, dá para fazer.



O que não dá é para botar um posto numa estrada lá, todo bonitinho, a casinha bonitinha e tal, e achar que aquilo vai fiscalizar alguma coisa. Não vai fiscalizar nada, porque a partir do posto não vai acontecer. Agora, bota barreira móvel nesses locais, que o pessoal não saiba: segunda-feira, ela vai ficar na estrada vicinal tal; quarta-feira, ela vai ficar na estrada principal tal, onde só o Comando e meia dúzia saibam disso. Vai ver se não vai pegar um monte de gente. O pessoal não vai ter uma rotina da Polícia nesse sentido. E talvez as Forças Armadas ajudem nesse sentido.

Vamos ficar em cima das transportadoras e das fábricas e dos comércios. Quer dizer, eu não tenho nada, nada, a CPI, no que tange à legalidade, não tem nada contra. Inclusive, tem essa discussão do Estatuto do Desarmamento e tal. Eu disse: *“Essa CPI não é para discutir isso. Cada um que tiver suas posições que defenda suas posições, tudo”*. O nosso problema... Se um dia se tornar ilegal a venda, vai ser nosso problema a ilegalidade. Mas nosso problema hoje é o tráfico, que já é uma ilegalidade, é o comércio ilegal. O tráfico é sinônimo de comércio ilegal, e essa ilegalidade é nosso problema. Nós temos que tomar posições.

Eu acho que aqui do Rio Grande do Sul pode-se começar a tomar posições muito duras nisso, nesse sentido. Não gostei de várias coisas que eu vi aqui: denunciante que mostram aí uma impunidade grande entre gente que inclusive se acha autoridade, e denunciante que têm uma certa dose de credibilidade. Os Deputados viram. Não só aqui como lá em Brasília. Não gostei de ver a morosidade com que estamos atuando nessa fiscalização. Como eu disse, essa é a guerra, nosso inimigo são os bandidos, nós temos que desarmar o inimigo. Desarmando o inimigo, eles vão ter que atacar com bodoque, de pedra ou coisa parecida. Isso se a gente desarmar o inimigo. Mas temos que desarmar o inimigo.

Ao mesmo tempo, não tenho gostado da ação investigatória em si. Ela está muito superficial, está parando na superfície. Ontem o delegado não mostrou conhecimento desses 3 casos. Era para ele vir aqui e dizer... Já é o terceiro caso, desde fevereiro. É o terceiro caso. Ontem ele veio aqui e disse: *“Olha, não, isso foi um caso fortuito, o cara de repente resolveu”*. Tenha a santa paciência! Nós dissemos para ele ontem: *“Delegado, aprofunde isso aí, porque não pode ser tão fortuito assim”*. Como é que, em questão de 2, 3 horas, eu organizo uma quadrilha de 10 armada para ir assaltar um local. Está tão fácil o negócio assim? *“Eu pensei,*



comentei com um amigo quando cheguei lá na favela, e na favela o pessoal diz: 'Então, vamos nos organizar aqui, vamos lá assaltar'". Quer dizer, fica um negócio...

Então, não gostei da investigação, acho que a investigação tem que entrar muito mais. Acho que, antes, é aquele negócio, não pode ficar na dúvida, tem que checar. Antes de dizer que não tem ligação um caso com o outro, tem que fazer toda a investigação para poder dizer que não tem ligação um caso com o outro. Quem é que me diz que isso não é uma quadrilha organizada, que está agindo para colocar arma na mão dos bandidos aqui para fazer assalto, seqüestro, assalto a carro forte e tudo mais.

Então, é nesse sentido, Capitão, que eu gostaria de fazer esse alerta e essa solicitação, com humildade, vamos nos dar as mãos, vamos entrar mesmo com vontade. Semana que vem vou tentar falar com o Ministro da Defesa, para fazer uma reunião com os Comandantes militares nesse sentido, para que a gente tenha mais agilidade. Fiquei muito preocupado com essa burocracia toda. Quer dizer, a burocracia só está beneficiando quem faz coisa errada. Era para beneficiar quem faz as coisas certas, mas só está beneficiando quem faz coisa errada. É toda uma burocracia. Até o cara ser punido, ele já... Sabe o que ele vai fazer? Eu vou cantar a pedra aqui. Ele acaba encerrando essa empresa e montando outra e fazendo a mesma coisa. Quer dizer, é essa a técnica, e não é técnica nova, não, é a de todo traficante. A empresa que é descoberta ele encerra, vai lá na Junta Comercial e tudo e encerra a empresa. Aí abre outra fazendo a mesma coisa, e sem o menor problema. Quer dizer, tudo isso nós temos... Se eles têm inteligência para se safar, nós temos que ter inteligência... Eu sou muito adepto de que violência não se combate com violência, se combate com inteligência. Agora, o problema é que, quando tem violência e inteligência do lado de lá, temos que ter mais inteligência do lado de cá e mais união do lado de cá.

Não sei se os Deputados querem falar alguma coisa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eu gostaria, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o Deputado Appio. Depois, o Deputado Pimenta.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Gostaria de colocar uma bola na marca do pênalti para o Capitão bater.



O senhor se queixa da legislação, o senhor não é culpado, o senhor é do Executivo, nós fazemos a legislação. Com essa experiência toda nessa área, para colocar mais dificuldades à bandidagem, até porque a CPI tem essa proposta também pedagógica, o senhor tem alguma recomendação à CPI para que se transforme em legislação? O senhor, se fosse Deputado, gostaria de apresentar algum projeto de lei nessa linha?

O CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Bom, Excelência, primeiro, não me queixei da legislação. Falei que eu, como Poder Executivo...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - A legislação não impede o senhor de fazer?

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Como Poder Executivo, eu tenho certas limitações, certo? Por exemplo, nós temos... Quando a gente lida com produto controlado, como o Exército, nós vamos lavrar um auto de infração. O que acontece? A rapidez... É dado um prazo de 15 dias porque existe um decreto presidencial que prevê isso. Nós temos 15 dias de defesa, depois tem 15 dias para isso. A rapidez... Poderia ser muito mais rápido. Por que não se dá um rito sumaríssimo? Essa é minha...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Agilizar prazos.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Isso, isso, agilizar prazos para poder... Já que a CPI gostaria de fazer isso, e como o Deputado Moroni Torgan falou, o Exército Brasileiro... Eu aqui estou na representação da chefia da SFTC, nós, pelo menos essa é a mentalidade que é passada para mim, estamos à disposição para qualquer trabalho que seja irregularidade, seja ela ilícito penal ou administrativo. Só que nós temos que brechar nossa competência. Quando há indícios de crime, aí nós saímos fora, nós passamos ao órgão competente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Os senhores dão a notícia crime.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Sim, nós sempre oficiamos, sempre. Sempre quando acontece alguma coisa, a gente oficia à Polícia Civil ou à Polícia Federal, dependendo do caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sr. Relator, tem alguma coisa a acrescentar? Capitão, desculpe, mas muitas vezes a gente realmente se empolga com esse tema, e tenho certeza de que o senhor também entende essa empolgação. Mas eu acho que essa empolgação tem que virar ação, por isso que eu



gosto muito de resultados. Acho muito ruim a gente ficar falando e dali a um tempo tudo ficar como está, e a gente vai dar discurso de novo e não vai adiantar nada.

Então, desde já, eu peço, Capitão, uma ação efetiva nessas transportadoras. Se já foi feito, vamos fazer melhor ainda, para tentar coibir que aconteça um outro furto desses. Vamos fazer, principalmente nessas ditas distribuidoras, que não devem ser tantas assim, uma ação logo nelas, para evitar que haja esse tipo de ação. Vou pedir isso, semana que vem, ao Ministro da Defesa e ao Comandante do Exército, para que nós possamos fazer isso no Brasil todo, fazer um mutirão, e ter essas fiscalizações inopinadas mais vezes, não esperar que seja solicitado ou coisa parecida. Eu lhe agradeço; peço perdão por algum exagero, mas, na verdade, o que nós queremos é ficar de mãos dadas com vocês e trabalhar junto para proteger o nosso povo, pois eu sei que esse é o ideal das Forças Armadas, e sempre vou defendê-las com muito afincio nesse sentido.

O SR. CARLOS ROBERTO PACHECO DE MELO - Eu agradeço o convite da CPI. Enquanto eu tiver à frente desse SFTC, ou trabalhando nele, que é a atividade que eu gosto de fazer, estarei à disposição dos Srs. Deputados. E, como sou estudante de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, eu levo muito a sério o Direito Administrativo, nós trabalhamos pelo interesse público. E o interesse público é que nós tenhamos uma vida mais calma, mais pacata, uma vida onde o cidadão possa realmente não se deparar com violência, principalmente na minha cidade natal, o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Capitão, eu agradeço a sua presença, V.Sa. está dispensado. Vou suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Uma questão de ordem. Há um cidadão, o Dr. Frederico Aranha, que quer entregar documentação. Ele poderá fazê-lo aqui.

O SR. FREDERICO ARANHA - Sr. Presidente, grato por possibilitar essa rápida intervenção, fora da rotina da Comissão. Gostaria de cumprimentar, na sua pessoa, a oportuna criação desta Comissão e o trabalho sério e objetivo que ela vem realizando, o que foi possível constatar hoje aqui. Nós formamos um grupo de cidadãos responsáveis, extremamente preocupados com as questões da violência e da criminalidade que atormentam a nossa gente, isso é notório. Então, para podermos estudar essas questões todas, nós formamos uma associação chamada



Instituto Brasil Pró Vida, que se dedica a debater, pesquisar e eventualmente elaborar, propor alguma medida que venha minorar esse flagelo. Atualmente, estamos fazendo uma campanha para desarmamento do bandido, o que vem ao encontro da posição desta Comissão, aqui reafirmada mais de uma vez. De modo que peço licença para distribuir um material modesto, de divulgação, que nós elaboramos e, mais uma vez, cumprimentar todos os membros da Comissão por esse trabalho do qual, temos certeza, sairá alguma solução para minorar toda essa questão da violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quero agradecer pelo incentivo e dizer que é vital a participação da Comissão nesse trabalho. Eu até me esqueci de dizer para entidades como a sua que nós temos o telefone 0800-619619 para receber qualquer tipo de denúncia, inclusive anônima. Lógico, se quiser se identificar, será bem-vinda a identificação, mas, se não quiser, pode fazer anonimamente. Repito: o telefone é o 0800-619619.

Infelizmente, esta CPI estará funcionando talvez só até o meio do ano que vem, e aí deve parar; deve ser apresentado o Relatório Final e aí não teremos mais condições. Mas até lá nós temos muito trabalho para fazer, temos noção disso, e temos certeza de que poderemos, nessa conjugação de esforços institucionais e com a população, alcançar resultados muito grandes.

O SR. FREDERICO ARANHA - Desde já nos colocamos, dentro das nossas limitações, é óbvio, à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado.

Quero informar que nós faremos num recesso de meia hora para um lanchezinho; logo depois, a Comissão vai estar reunida numa audiência especial, que começará pública e continuará reservadamente ali pelas 14h20min, mais ou menos. (*Palmas.*)